

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL

PAULO SILAS OLIVEIRA DA SILVA

PLANTAS MEDICINAIS E PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS
(PFNMs): produtos utilizados e comercializados em seis municípios do território do
Recôncavo da Bahia

CRUZ DAS ALMAS

2013

PAULO SILAS OLIVEIRA DA SILVA

PLANTAS MEDICINAIS E PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS
(PFNMs): produtos utilizados e comercializados em seis municípios do território do
Recôncavo da Bahia

Monografia apresentada à disciplina:
Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial à conclusão do Curso de
Bacharelado em Engenharia Florestal,
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e
Biológicas, Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. José Mauro de
Almeida

CRUZ DAS ALMAS

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

S586 Silva, Paulo Silas Oliveira da.
Plantas medicinais e produtos florestais não madeireiros (PFNMs): produtos utilizados e comercializados em seis municípios do Território Recôncavo da Bahia, Brasil / Paulo Silas Oliveira da Silva. – Cruz das Almas, BA, 2013.
95f.; il.

Orientador: José Mauro de Almeida.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

1. Plantas medicinais – Uso. 2. Etnobotânica – Plantas úteis.
I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título

CDD: 581.634

FOLHA DE APROVAÇÃO

PAULO SILAS OLIVEIRA DA SILVA

PLANTAS MEDICINAIS E PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS
(PFNMs): produtos utilizados e comercializados em seis municípios do território do
Recôncavo da Bahia

Monografia aprovada em 16 de outubro de 2013 como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Engenharia Florestal da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia.

Prof. Dr. José Mauro de Almeida _____

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

(Orientador)

Profa. Dra. Franceli da Silva _____

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Profa. Dra. Lidyanne Yuriko S. Aona-Pinheiro _____

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Aos meus Pais e irmãos, meus fiéis escudeiros e minha força para a batalha.

Aos meus amigos pelos momentos que vivemos juntos.

Aos meus tios e avós, por acreditarem em mim e por todo apoio.

Aos participantes desta pesquisa pelo acolhimento e contribuição.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Altíssimo por manter o fio da minha vida e me dar forças quando pensei em desistir, por todas as bênçãos.

À minha mãe (Marileide Matos de Oliveira), por sua presença, sua doçura, sua coragem e dedicação, sua cumplicidade e incentivo constantes na minha vida.

Ao Meu pai (José Salmo da Silva), por seu apoio, sua firmeza, sua dedicação, seu desprendimento e coragem.

Aos meus irmãos (Isaac e Salmo Júnior), pela presença, e pelas alegrias e tristezas compartilhadas.

Aos Meus Tios: Marta, Marcos, Celsa, Marlene e Avós: Josefa Menezes, Antônio Felício (*in memoriam*), Lindaura Alves e José Neto pelo apoio, pela dedicação e pelo incentivo. Não teria conseguido sem vocês.

A Edinaldo Sena, por sua presença, seu companheirismo e por seu apoio na realização deste trabalho.

Aos meus amigos: Janaina Campos, Bárbara Silva, Ludmila Nunes, Anderson Mendes, Aline Pinto e Lorena Oliveira pela presença de vocês na minha vida.

Ao professor José Mauro de Almeida, pela confiança, acolhimento e incentivo no término desta jornada.

Aos mestres Clair Rogério, Andrea Vita, Josival Souza, Cláudia Márcia, Soraia Jaeger e Célia Faganello, pelo incentivo.

"O mal dos que estudam as superstições é não acreditar nelas. Isso os torna tão suspeitos para tratar do assunto como um biologista que não acreditasse em micróbios".

Mário Quintana

RESUMO

O conhecimento tradicional associado ao uso dos elementos da flora e todas as relações sociais, culturais e econômicas correlacionadas constituem o conhecimento Etnobotânico. A Etnobotânica é a ciência interdisciplinar, que atualmente aponta para pesquisas orientadas por meio do conhecimento histórico construído por povos e comunidades tradicionais, em busca de novos potenciais econômicos, em particular da indústria farmacêutica. O presente estudo buscou verificar a existência do uso tradicional e comércio de Plantas Medicinais e Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs) em seis municípios do Território do Recôncavo da Bahia: Cachoeira, São Félix, Muritiba, Governador Mangabeira, Cruz das Almas e Sapeaçu, todos com conotação sociocultural similar, tentando identificar como são estabelecidas as relações socioculturais com o meio ambiente e com os recursos da flora. Para isso, se empregou o quadro de identificação etnobotânica, captura de imagens de espécies botânicas e entrevistas semiestruturadas para investigar os dados socioculturais. Através deste trabalho foi possível identificar a existência de atividade comercial de recursos vegetais nessas localidades, e entender como o uso tradicional constitui o elemento fundamental da cultura da região em estudo, bem como identificar as fontes de origem desses recursos, tipos de produto, indicações de uso e os principais problemas relacionados ao assunto. Dentro deste trabalho, foi dada a oportunidade de discussões breves e se levantou algumas questões sobre as ações e estratégias do poder público na gestão dos recursos da flora medicinal e sua adaptação às realidades socioculturais e econômico-ambientais que se estabelecem.

Palavras-chave: Saber tradicional. Agricultura familiar. Extrativismo vegetal. Feiras-livres. Etnoecologia.

ABSTRACT

The Traditional knowledge associated with the use of elements of flora and all social, cultural and economic relationships correlated constitute the Ethnobotany science. Ethnobotany is the interdisciplinary science, which currently points to targeted searches through historical knowledge built by traditional peoples and communities in search of new economic potential, particularly of the pharmaceutical industry . The present study sought to verify the existence of traditional use and trade of Medicinal Plants and Non Timber Forest Products (NTFPs) in six counties of the Territory in the Recôncavo of Bahia: Cachoeira, São Felix, Muritiba , Governador Mangabeira, Cruz das Almas and Sapeaçu all with similar socio-cultural connotations, trying to identify how are established the sociocultural relations with the environment and with the resources of flora . For that, it was used a identification frame traditional uses of the, capturing images of botanical species and semi-structured interviews to investigate the socio-cultural data. Through this work it was possible to identify the existence of commercial activity of plant resources in these locations, and understand how the traditional use is fundamental element of the culture of the region under study, as well as identify the sources of origin of such resources , product types , indications use and the main problems related to the subject. Within this work, was given the opportunity to brief discussions and if raised some questions about the actions and strategies of the public power in managing resources of medicinal flora and their adaptation to the socio-cultural realities and economic-environmental that are established.

Key words: Traditional knowledge; Family farming; Extraction plant; Open-air markets; Ethnoecology.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Principais normas da ANVISA sobre Fitoterápicos.....	41
QUADRO 2 – Principais dados sobre os municípios investigados (IBGE, 2010)	45
QUADRO 3 - Modelo reduzido de quadro para coleta de informações etnobotânicas utilizados neste trabalho.....	86
QUADRO 4 - Roteiro de entrevista para identificação dos aspectos socioeconômicos e culturais do comércio e utilização de plantas medicinais e PFNMs neste trabalho	87

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Indica as partes botânicas utilizadas por preferência em porcentagem	58
GRÁFICO 2 – Principais formas de preparo das plantas medicinais citadas em porcentagem	60
GRÁFICO 3 – Tipos de formação vegetativa das plantas medicinais citadas pelos informantes (%)	62
GRÁFICO 4 – Principais problemas de saúde associados ao uso etnobotânico, relatados (%).....	64

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Mapa do Território 21 – Recôncavo da Bahia	85
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Identificação de plantas medicinais, PFNMs e seus usos tradicionais, comercializados e citados como os mais vendidos nos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Sapeaçu, Bahia, Brasil.	50
TABELA 2 – Índices Botânicos e lista de imagens em anexo por espécie.....	66

LISTA DE SIGLAS

ABIFISA	- Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde
ANVISA	- Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AVC	- Acidente Vascular Cerebral
CCPR	- Casa Civil da Presidência da República
CNS	- Conselho Nacional de saúde
CONFEA	- Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIOCRUZ	- Fundação Oswaldo Cruz
GM/MS	- Gabinete do Ministro
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI	- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIN	- Ministério de Integração Nacional
MinC	- Ministério da Cultura
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MS	- Ministério da Saúde
OMS	- Organização Mundial da Saúde

PFNMs	- Produtos Florestais não Madeireiros
PNAF	- Política Nacional de Assistência Farmacêutica
PNEA	- Política Nacional de Educação Ambiental
PNPCT	- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPIC	- Política Nacional de Práticas integrativas e Complementares
PNPMF	- Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
RENAFITO	- Relação Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
RENISUS	- Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS
RENORBIO	- Rede Nordeste de Biotecnologia
SAFs	- Sistemas Agroflorestais
SEI	- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUS	- Sistema Único de Saúde
SVS	- Secretária de Vigilância Sanitária
UFRB	- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	- Artigo
BA	- Bahia
ed.	- Edição
hab.	- Habitantes
Km ²	- Quilômetros quadrados
MA	- Maranhão
n ^o	- Número
SC	- Santa Catarina

LISTA DE SÍMBOLOS

§	- Parágrafo
R\$	- Real
US\$	- Dólar
&	- <i>et</i> (latim), e (português)
%	- Porcentagem
N ^o	- Número

SUMÁRIO

Resumo	viii
Abstract	ix
1. INTRODUÇÃO	18
2. REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 O conhecimento tradicional, a etnobotânica e outros conceitos.....	22
2.2 Breve histórico do uso de plantas medicinais e PFNMs no Brasil e na Bahia	25
2.3 Aspectos ecológicos e ambientais.....	28
2.4 Aspectos econômicos e sociais.....	31
2.4.1 A propriedade intelectual, a bioprospecção e a indústria de medicamentos: ...	34
2.5 Aspectos culturais e Legais.....	36
2.5.1 O Território Recôncavo da Bahia	36
2.5.2 A Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.....	38
2.5.3 A ANVISA e a regulamentação estatal no uso de e fitoterápicos	41
2.6 O papel do Engenheiro Florestal em relação ao manejo e cultivo de plantas medicinais e PFNMs e da proteção aos povos e comunidades tradicionais.	42
3. METODOLOGIA	45
3.1 Identificação da área de Estudo	45
3.2 coleta e análise dos dados	46
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
4.1 Aspectos etnobotânicos	48
4.2 Aspectos Socioeconômicos.....	69
5. CONCLUSÕES	72
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

ANEXOS	85
---------------------	-----------

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, associado aos hábitos culturais das populações e à rica biodiversidade, surge a crescente procura por produtos de origem vegetal não industrializados ou minimamente processados nas mais diversas finalidades. Além do uso tradicional, advindo do extrativismo e cultivo, a biodiversidade vegetal e suas potencialidades no uso medicinal e demais usos não madeireiros tem se tornado fonte de interesse de pesquisas científicas e especulações, sendo muitas vezes vítima da biopirataria.

Dividindo este espaço com outros grupos e interesses, existe a diversidade de pessoas que dependem diariamente destes recursos vegetais, incluindo os produtos florestais não madeireiros - PFNMs¹, cuja fonte para muitas pessoas é única forma acessível na obtenção de alimentos, fibras, e de medicamentos naturais no tratamento e prevenção de diversas doenças.

A Etnobotânica desponta como ciência interdisciplinar que tenta relacionar os modos e usos das plantas pelas populações tradicionais e suas interações com os campos da: antropologia, ciências sociais, religião, ecologia, genética e economia, dentre outros (ALEXIADES, 1996; PATZLAFF; PEIXOTO, 2009). Mais recentemente, o estudo etnobotânico tem servido à pesquisa biotecnológica investigativa relacionando-se ao conhecimento prático das populações que ao longo da história desenvolveram hábitos e costumes próprios na utilização desses recursos. Neste sentido são incontestavelmente detentoras do conhecimento tradicional, passado verbalmente entre gerações.

O conhecimento tradicional é originário dos povos e comunidades tradicionais, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), aqui definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição em sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica,

¹ “São produtos florestais não lenhosos de origem vegetal, tais como resina, cipó, óleo, sementes, plantas ornamentais, plantas medicinais, entre outros, bem como serviços sociais e ambientais, como reservas extrativistas, sequestro de carbono, conservação genética e outros benefícios oriundos da manutenção da floresta” (MMA, 2013).

utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Art. 3º, I).

Dentre estes recursos vegetais, as plantas medicinais², ritualísticas e os PFNMs utilizados nestas finalidades assumem importante papel na vida de milhares de pessoas, gerando impactos socioeconômicos, ecológico e ambientais importantes nas regiões onde são utilizados e comercializados.

O conhecimento tradicional na utilização de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs está associado ao conhecimento prático e histórico da relação entre homens e plantas; conhecer como se dá esta relação é fundamental para compreender as realidades que se estabelecem. As plantas medicinais e PFNMs tem uma gama extremamente vasta de usos e movem milhões de reais na economia do Brasil, dessa forma seu extrativismo exerce algum tipo de influência nos ecossistemas de onde são retiradas ou mesmo introduzidas, bem como na ordem social e econômica vigente.

O Ministério da Saúde (MS) por meio do Decreto nº. 5.813 de 22 de junho de 2006 (Aprovou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e deu outras providências); ao tentar regular a atividade, o Estado legitimou a utilização destes recursos para fins medicinais, incorporando-os ao Sistema Único de Saúde – SUS através do sistema de saúde complementar, na tentativa de formalizar e regular a cadeia produtiva das plantas medicinais.

O estudo do conhecimento tradicional no uso da flora pode ser considerado como elemento chave para outros tipos de estudos e pesquisas que são direcionadas pelo uso tradicional dos recursos naturais; atualmente, se tem buscado na biodiversidade fontes de recursos e informações para criação de programas e pesquisas biotecnológicos e farmacológicos, a exemplo da Rede Nordeste de Biotecnologia - RENORBIO³. Muitas práticas de conservação e preservação do meio ambiente, bem como sua ineficiência, podem estar associadas às ações isoladas do Poder Público, como: construção de unidades de conservação, proibição ao acesso destes espaços e impedimento ao extrativismo por populações tradicionais, cujas decisões muitas vezes alheias às necessidades das populações que vivem em seu

² Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003) planta medicinal é todo organismo de origem vegetal que em parte ou no todo, ministrado em tratamento da saúde humana, possui algum tipo de ação farmacológica.

³ Maiores informações sobre a RENORBIO são encontradas em: < <http://www.renorbio.org.br>>.

entorno ou são historicamente dependentes impedem que a participação destes populares nos programas. Dessa forma, o estudo do uso tradicional da vegetação pode fornecer subsídios para novas ações que garantam a participação popular e comunitária por meio do envolvimento nos programas criando a sensação de participação e de valorização social destes povos, que é elemento fundamental nas práticas de conscientização e propostas de Educação Ambiental e que resulta em cooperação social.

Para delimitação da área de investigação utilizou-se a divisão por território, a qual emprega uma subdivisão do espaço geográfico físico em municípios com características socioeconômicas, culturais, ambientais e de identidade histórica similares (SANTOS, 1978). O Território do Recôncavo da Bahia corresponde aos municípios localizados em torno da Baía de Todos os Santos e vazante do Rio Paraguaçu que segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – (SEI, 2007), é subdividido em 20 município, predominantemente dentro do bioma Mata Atlântica, com algumas regiões de fitofisionomia da Caatinga e Cerrado, cuja população possui identidade histórica baseada principalmente na organização rural por meio da agricultura familiar, desenvolvendo o cultivo de gêneros agrícolas tropicais, possuindo hábitos culturais e linguagem cotidiana peculiar.

No Território Recôncavo da Bahia, o consumo local de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs observados de forma empírica nos permite identificar algum tipo de comércio destes recursos vegetais em feiras livres e em casas de produtos naturais e artigos religiosos, indicando hipoteticamente para a existência de uma rede comercial suprindo a demanda local por estes produtos e mantendo viva a tradição do uso de plantas, associado à procura habitual destas populações nas localidades investigadas estimulando atividade comercial deste setor, questão esta que necessita ser averiguada.

O povoamento e exploração da natureza acentuados na região do atual Território Recôncavo da Bahia foram iniciados há aproximadamente quinhentos anos, logo após a chegada dos portugueses e dominação dos habitantes indígenas que ali viviam especialmente os Tupinambás. Durante todo este decorrer, e após a chegada dos africanos escravizados, a Floresta Atlântica ali existente foi posta em contato com populações diversas que no seu cotidiano construíram saberes fazendo com que estes recursos vegetais e florestais se incorporassem aos seus modos de vida e suas necessidades, ao ponto de na atualidade tornar-se difícil distingui-los

(ALMEIDA, 2011). Diante da extensa área do território, visando viabilizar a investigação foram selecionados e investigados os municípios de: Cachoeira, São Félix, Muritiba, Governador Mangabeira, Cruz das Almas e Sapeaçu, em função da menor distância entre estes Municípios, o fluxo constante de pessoas entre estes, da similaridade aparente dos hábitos cotidianos dos habitantes destas localidades.

O objetivo geral deste trabalho foi de identificar as principais plantas medicinais e PFNMs utilizados e comercializados nestas localidades e relacionar os aspectos econômicos, sociais e culturais desta atividade comercial nos municípios citados, o período da pesquisa foi julho a outubro do ano de 2013.

Como objetivos específicos tivemos a procura por:

- 1) Verificar a existência de pessoas que utilizam e comercializam plantas medicinais e PFNMs nestes seis municípios do Território Recôncavo da Bahia;
- 2) Identificar o modo de obtenção e origem dos recursos vegetais, se cultivados ou extraídos e se locais ou de outras regiões;
- 3) Listar as espécies, sobretudo arbóreas comercializadas;
- 4) Registrar parte utilizada, modos de preparo, indicações, colheita e armazenamento destes recursos;
- 5) Reconhecer por meio da percepção dos comerciantes a existência de uma rede de comércio que é demandada pelas populações locais;
- 6) Identificar a importância destes recursos vegetais na renda dos vendedores e de quem compra, por meio da percepção dos comerciantes.
- 7) Perceber a relação entre o uso de recursos vegetais e as crenças, valores simbólicos ligados ao místico;
- 8) identificar a relação entre a utilização destes produtos e a falta de acesso aos serviços de saúde público e particular por meio da percepção dos comerciantes;
- 9) Averiguar informações sobre o custo médio destes produtos;
- 10) Perceber o significado social e da autoestima do conhecimento tradicional construído para os comerciantes/orientadores de uso destes produtos.

Inicialmente, o trabalho trata de apresentar elementos conceituais sobre o tema e subtemas relacionados à etnobotânica, plantas medicinais e a construção do conhecimento tradicional, por meio da análise de pesquisas e trabalhos da área.

Posteriormente, trata de apresentar breve histórico da informação sobre a utilização de plantas medicinais e PFNMs; ainda, destina-se à apresentação de aspectos ecológicos, ambientais, econômicos, sociais, culturais e legais. Faz uma

breve discussão sobre o respeito e a preservação do conhecimento tradicional do uso da flora. Apresenta uma discussão sobre as políticas públicas aqui representadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS em relação à cadeia produtiva de Plantas Medicinais no âmbito de atuação do SUS e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Acrescenta ainda uma abordagem sobre o papel do Engenheiro Florestal no campo das Plantas Medicinais.

Posteriormente, é indicada a metodologia empregada na coleta das informações. Em um último momento são apresentados os resultados relacionados aos objetivos propostos e às hipóteses levantadas em dois tópicos, paralelo a estes são realizadas as discussões acerca dos resultados. Por fim são feitas as conclusões e considerações. Em seguida, são apresentadas as referências às pesquisas citadas no trabalho para posterior consulta dos interessados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O conhecimento tradicional, a etnobotânica e outros conceitos

Diante do desenvolvimento das ciências e dos avanços tecnológicos, há um incentivo crescente à sociedade se pautar cada vez mais no saber científico como garantia de desenvolvimento socioeconômico e segurança ambiental; porém, paralelo ao saber científico pautado no discurso do método e muito antes do desenvolvimento da ciência cartesiana (DESCARTES, 1637, 1985); o conhecimento tradicional tem acompanhado a humanidade sendo tão importante que por meio dele povos do passado e também do presente subsistiram às dificuldades e limitações naturais, construíram suas histórias enquanto povo e civilização e deixaram um vasto legado de conhecimento reproduzido diariamente no cotidiano de muitas pessoas.

O conhecimento tradicional é entendido como o produto do acúmulo das experiências dos indivíduos e das coletividades, vivenciadas em determinado local por certo período histórico e transmitido oralmente de geração em geração, possibilitando o surgimento de inovações através de práticas específicas, sendo resultado da forma como se estabelecem as relações com o ambiente natural, social

e sobrenatural, permitindo sua formulação e acumulação pelos sujeitos (MMA, 1998; CASTRO, 2000; GALOIS, 2000; MIRANDA; JORDÃO, 2005; LIMA, 2009). O uso da expressão conhecimento tradicional, não significa que este é estático ou retardo cultural, mas que responde e contrasta com a racionalidade (ELISABETSKY, 2003).

O conhecimento tradicional é constantemente defrontado pelo saber científico moderno, este último necessita da estruturação lógico-metodológica, experimentação repetitiva e técnica, possibilidade de resultados similares em diferentes repetições, seus resultados fundamentam-se como universais.

O conhecimento tradicional não se baseia nestes pressupostos, baseia-se na percepção subjetiva dos órgãos dos sentidos acerca do mundo natural e sobrenatural; na transmissão histórica do saber não contestado como verdadeiro ou absoluto, uma vez que também é estado da arte, porém, passível de inovação; não segue estrutura lógico-metodológica na sua construção, a comprovação de resultados não está relacionada à aplicação de testes de validação. Porém, seu conhecimento não é difuso perdendo-se em diversas possibilidades possíveis, é específico no que toca à matéria de que trata (CUNHA, 2007).

A Etnobiologia pode ser entendida como a área da ciência que estuda e busca compreender como comunidades tradicionais interagem com o ambiente natural, decifrando, classificando e modificando-o. As principais subáreas da Etnobiologia são: Etnobotânica e Etnoecologia (ALMEIDA *et al.*, 2005).

A Etnobotânica é uma criação científica de um campo do saber tradicional, representada aqui pelo uso tradicional dos recursos vegetais. Representa a área da ciência interdisciplinar que estuda o conhecimento prático, significado cultural, econômico, ecológico, formas de usos tradicionais dos recursos vegetais, suas representações simbólicas por populações humanas passadas e presentes. Seu significado vai além da investigação e nomenclatura botânica, uma vez que sua base encontra-se na significação sociocultural do uso das plantas para determinados grupos ou indivíduos (CABALLERO 1979; BARRERA, 1979; ALEXIADES, 1996; ALBUQUERQUE, 2005; PASA, 2011; GOMES; BANDEIRA, 2012). O estudo etnobotânico está relacionado a todas as possibilidades de uso material e dos recursos vegetais e benefícios imateriais ofertados pelo contato com as plantas. Portanto apresentando uma vastidão de possibilidades. Dentro destas possibilidades encontra-se a utilização dos recursos da flora para fins medicinais e ritualísticos.

Segundo a OMS (2003) planta medicinal é todo organismo de origem vegetal que em parte ou no todo, ministrado em tratamento da saúde humana, possui algum tipo de ação farmacológica. Já Fitoterápicos são considerados medicamentos obtidos com emprego exclusivo de matérias-primas vegetais ativas, cujos princípios ativos são extraídos sem mistura com outros medicamentos químicos (ANVISA, 2013).

Outro elemento importante diz respeito à etnofarmacologia, traduzida aqui como “a exploração científica interdisciplinar dos agentes biologicamente ativos, tradicionalmente empregados ou observados pelo homem” (BRUHN & HOLMSTEDT, 1982; ELISABETSKY, 2003, p. 35). A etnofarmacologia não está restrita ao estudo dos vegetais, tendo um alcance maior, embora tenha despontado significativamente na investigação das plantas. Na investigação etnofarmacológica a abordagem combina o conhecimento tradicional, relacionando os usos das plantas aos estudos químicos e farmacológicos (ELISABETSKY, 2003).

Relacionado ao uso tradicional botânico encontramos as plantas ritualísticas, que desempenham um papel importante em muitas sociedades que possuem identidade comum como é o caso do Território Recôncavo da Bahia. Neste campo, existe a diversidade extremamente grande de possibilidades. No contexto deste trabalho, plantas ritualísticas são aquelas utilizadas em tratamentos místicos e espirituais, em manifestações artísticas e culturais, especialmente preparadas e de diversas formas, utilizadas em rituais pessoais, religiosos, particulares ou coletivos, ou no tratamento de enfermidades espirituais e físicas que se acreditem advirem de influência espiritual e/ou mística.

Associadas à religião, estas plantas são empregadas no tratamento de enfermidades, recomendadas por líderes e representantes religiosos, e os resultados obtidos são de difícil distinção entre as ações farmacológicas, os efeitos sobre a mente, a sensação de tratamento, esperança de cura, e os resultados sobrenaturais (CALLAWAY *et al.*, 1994; TEIXEIRA *et al.*, 2008).

2.2 Breve histórico do uso de plantas medicinais e PFNMs no Brasil e na Bahia

A relação estabelecida entre as populações e o uso das plantas medicinais é tão antiga quanto a história do próprio homem. No Brasil, o conhecimento sobre as propriedades terapêuticas das plantas medicinais remete à cultura indígena.

O indígena não conhecia somente a localização do ouro ou onde poderia ser encontrado o pau-brasil, ele também era detentor de um saber que poderia significar a diferença entre a vida e a morte, em uma biota completamente desconhecida para o europeu. Quais frutas poderiam ser consumidas? O que fazer quando da picada de uma cobra nunca antes vista? Que remédio tomar quando acometido de uma febre, por vezes letal, que era causada por uma simples picada de mosquito? O europeu então resolvera poupar caminho, ou seja, absorveu do indígena todo um saber acerca do cuidar em se tratando de patologias que eram típicas de um continente: o americano. (SOUSA, 1971, p. 209; BADKE, 2008, p. 23).

Embora se tenha pouco conhecimento da utilização tradicional indígena no uso de plantas medicinais em práticas de saúde antes da chegada dos portugueses, evidenciamos que após esta a multiculturalidade entre europeus, indígenas e posteriormente africanos, gerou uma riqueza de modos de emprego das plantas em tratamentos de saúde e demais usos tradicionais, se tornando durante muito tempo a principal forma, demonstrando-se inclusive predileção e baseada principalmente nas possibilidades geradas pela rica biodiversidade e a descoberta de substâncias curativas (COELHO, 1989; BADKE, 2008).

O europeu, o africano e o indígena possuíam características distintas no uso tradicional das plantas. Para os europeus, por exemplo, os usos normalmente estavam associados ao tratamento exclusivo de enfermidades e ao cultivo de plantas adaptas a ambientes mais frios. Esse fator pode ser resultado da própria formação da mentalidade religiosa do europeu, que durante longo período manteve associação da imagem da utilização de plantas em rituais religiosos como elementos de bruxaria, tenazmente perseguidos pela Igreja Católica, principalmente durante o período da inquisição que teve alcance também no Brasil. Posteriormente, com o desenvolvimento do sul, outros europeus como os Italianos e Alemães, trouxeram conhecimentos que foram sendo acoplados (TOMAZZONE; NEGRELLE; CENTA, 2006; BADKE, 2008).

Com a chegada dos portugueses e a busca por especiarias, desenvolveu-se a busca por recursos vegetais que substituíssem os produtos trazidos das Índias orientais. Posteriormente, com a exploração dos indígenas e a descoberta das drogas do sertão, o uso e comercialização de novas preciosidades botânicas tornou-se fonte econômica suficientemente importante, que a coroa portuguesa organizou expedições para captura de indígenas e descoberta de novas plantas, produtos e substâncias com propriedades curativas, que pudessem tornar a vida do europeu na colônia possível, ressaltando que os mesmos não estavam adaptados às condições climáticas locais, doenças tropicais e sequer conheciam medicamentos para o tratamento destas; e para que fossem comercializados no continente europeu (BRANDÃO, 1998).

Na cultura do africano a utilização de plantas além do emprego terapêutico para as enfermidades físicas, estava fortemente ligada à religião, à cura das enfermidades espirituais e ao sobrenatural. O saber etnobotânico africano foi trazido junto com o tráfico negreiro durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Diversas tribos africanas utilizam as plantas em rituais religiosos, no Brasil, a maior expressividade da cultura etnobotânica de origem africana ou afro-brasileira encontra-se no Estado da Bahia, sobretudo na região do território de identidade do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos e Região Metropolitana de Salvador, devido dentre outros fatores pela histórica concentração de mão de obra escrava utilizada nas lavouras de cana-de-açúcar e fumo. Exemplo da influência africana é a utilização de Arruda (*Ruta graveolens* L.) e o Jambolão (*Syzygium jambolanum* Lam.), (BADKE, 2003).

Na região do Território Recôncavo da Bahia, a cultura afro-brasileira mantém significativo grau de expressividade na comercialização de plantas ritualísticas e medicinais, algumas espécies são facilmente encontradas em feiras livres nas cidades, relacionadas principalmente às principais religiões afro-brasileiras como o Candomblé, a Umbanda e a Quimbanda. As feiras livres são um potencial centro de informações do uso tradicional de plantas, permitindo acesso ao conhecimento da biodiversidade, manejo e cultura de populações marginalizadas (MAIOLI-AZEVEDO; FONSECA-KRUEL, 2007; SANTOS; FERREIRA, 2009).

A cultura indígena, a mais rica de todas em termos de conhecimentos tradicionais brasileiros no uso da flora, estava fortemente ligada ao místico, porém diferente da cultura do europeu e do africano o uso das plantas na cultura indígena, estava também, amplamente associado a todos os hábitos de vida. A floresta era

fonte não apenas de medicamentos, mas de alimentos, tintas, materiais de construção, venenos e outras plantas que serviam como elementos culturais que margeavam a sociedade indígena dando-lhe conotações específicas, por exemplo, muitas plantas raras garantiam aos seus “achadores” destaque social e maiores privilégios. Os PFNMs como folhas, sementes, frutos e cascas eram utilizados na tintura do corpo constituindo-se elemento fundamental em eventos de celebração, rituais de comemoração, danças, e passagem de ciclos na natureza. A Andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), por exemplo, cujo óleo era utilizado na pele para afastar insetos vetores de doenças endêmicas, ainda tem grande utilização pelos habitantes da região norte e nordeste do país, outras plantas como a Caapeba (*Piper umbellatum* L.), o Abajerú (*Chrisobalanus icaco*) e o Urucum (*Bixa orellana*) são bastante utilizadas, estando seus próprios nomes populares vinculados às línguas indígenas (TOMAZZONE; NEGRELLE; CENTA, 2006; BADKE, 2008).

A própria história da colonização do Recôncavo da Bahia, remete à chegada dos portugueses e com interesse estratégico por volta do século XVI, as entradas de Tomé de Souza e a doação de Sesmarias à D. Álvaro da Costa para o cultivo de Cana-de-açúcar e do Tabaco marcaram essa região que mesmo após a fundação da cidade de Salvador, manteve sua economia predominantemente rural. O Recôncavo é porta de entrada para o Sertão, por meio da navegação pelos Rios Paraguaçu e Jacuípe, o acesso se tornou mais seguro em relação às tribos indígenas que viviam nesta localidade. Com as entradas, pontos estratégicos como a cidade de Cachoeira, se tornaram pontos de grande afloramento cultural e diversidade de produtos vegetais comercializados em feiras livres, relacionados às espécies nativas da região atlântica e do sertão, as drogas do Sertão (BRANDÃO, 1998).

Rodrigues e Guedes (2006), realizando investigações etnobotânicas no povoado da Sapucaia, Município de Cruz das Almas - BA apontaram que o desfavorecimento econômico e a busca por melhor qualidade de vida, bem como a herança cultural afro-brasileira dos escravos de engenhos da região, constituem os principais fatores associados ao uso de plantas para a cura de doenças nesta localidade. Dentre as espécies, muitas são cultivadas em quintais, outras encontradas exclusivamente em resquícios de Mata Atlântica, Caatinga e chapadões da região. O Recôncavo e as terras em volta da Baía de Todos os Santos chegam à cerca de 200 km de faixa litorânea e uma área aproximadamente de 10.840 Km²,

entremeada de montanhas, vales, leitos de rios, manguezais, restingas (BRANDÃO, 1998). Isso nos denota a grande diversidade de ambientes e formas de vida existentes, ressaltando-se à biodiversidade de plantas com potencial medicinal.

Silva *et al.* (2009), realizando levantamento etnobotânico nos municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus – BA, averiguaram a citação de 105 diferentes espécies e que havia similaridade entre as espécies de plantas utilizadas e modos de uso empregados nestas localidades. Oliveira *et al.* (2010), realizando levantamento etnobotânico em feiras livres no município de Amargosa – BA, verificou a citação de 66 espécies comercializadas. Não obstante a citação aos trabalhos encontrados, após ampla pesquisa, verificou-se a escassa existência de trabalhos relacionados ao comércio de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs em municípios de Território Recôncavo da Bahia, que servissem de comparação a este trabalho.

2.3 Aspectos Ecológicos e Ambientais

Relacionado ao uso e comércio de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs nos perguntamos acerca da origem destes recursos, vislumbrando duas possibilidades, ou são originárias do cultivo ou do extrativismo. Ambas as situações pressupõe o manejo dos recursos vegetais, sendo a primeira derivada do segundo por meio da domesticação. A maioria das plantas medicinais e seus produtos é originária do extrativismo: cascas, raízes, folhas, sementes, flores e frutos, são coletados por especialistas que adentram nas matas e nos campos em busca destas plantas, condicionando o tempo e distância de sua procura à facilidade do encontro das espécies de árvores, arbustos, plantas herbáceas, cipós, dentre outras; as de acesso mais fácil serão preferencialmente coletadas (MONTANARI JÚNIOR, 2002)

As plantas no seu espaço natural estão agrupadas em populações com variabilidade genética significativa, o extrativismo vegetal não manejado pode por em risco a variabilidade genética, base do processo evolutivo que age por intermédio da seleção natural, comprometendo a sobrevivência de determinadas espécies (MONTANARI JÚNIOR, 2002; OLIVEIRA *et al.*, 2008). Assim, algumas

práticas na forma de retirada de recursos como cascas e raízes podem provocar ferimentos nas plantas como o anelamento do tronco ou caule, bem como a retirada maciça de folhas que compromete a capacidade fotossintética da planta e a absorção de água por fluxo de massa, comprometendo a sobrevivência da própria espécie, sendo necessárias informações sobre os possíveis danos irreversíveis que podem ser causados, para que estes sejam evitados.

Relacionado a outros fatores ecológicos, muitas plantas medicinais já estudadas são valorizadas pelos compostos secundários produzidos, resultando da interação com o ambiente e do estresse e a competição ao qual estão submetidas no ambiente natural, assim a própria sobrevivência da espécie depende da produção destes compostos, que está relacionado à variabilidade genética e a expressão gênica. Ressalta-se também que alguns compostos de importância medicinal em plantas cultivadas podem não alcançar concentrações que possivelmente alcançariam caso estivessem no ambiente natural, necessitando de práticas de fitotecnia e silvicultura adequadas (MONTANARI JÚNIOR, 2002).

Os jardins, quintais e bancos de reserva de plantas medicinais são alternativas viáveis para a exploração do uso e comércio voltada à geração de renda e minimização dos custos. Apontando também à conservação de espécies, porém nem sempre atendendo à necessidade da conservação da variabilidade genética. O Estado tem criado Unidades de Conservação da Natureza, que sejam intocadas como forma de garantir a preservação da biodiversidade. Diante desta realidade surge a discussão sobre os direitos dos povos tradicionais em ter acesso e utilizar os recursos da flora com base no saber tradicional, incluindo a comercialização.

O Fórum Internacional sobre Conservação de Plantas Medicinais, em 1988, apontou à preocupação na perda da flora medicinal devido à destruição do seu habitat e a redução da variabilidade genética e práticas de coleta não sustentáveis; apontando também para a constante modificação e interferência nos modos de vida dos povos tradicionais, que normalmente impunham baixo impacto ambiental, o que tem resultado na perda do saber tradicional.

Farnsworth *et al.*, (1985) apontam que em torno de 75% das 121 drogas medicinais mais utilizadas no ocidente tem origem do conhecimento de populações tradicionais. Alguns medicamentos como a emetina, a vincristina, o quinino, o curare, a diosgenina, a pilocarpina e a cocaína, não fariam parte do uso e seria base

de diversos medicamentos químicos, não fosse o uso tradicional desde épocas longínquas (SCHEFFER *et al.*, 2008).

Bisht *et al.* (2006), propôs a abordagem baseada no conhecimento popular das comunidades locais, indicando que as plantas mais conhecidas e mais utilizadas e com maior demanda tivessem prioridade na conservação. Apontando também que não seriam necessárias pesquisas de prospecção farmacológica para indicar a importância destas, sendo seu uso excessivo por si só, motivo suficiente para conservação (MELO, 2007).

Por outro lado Santilli (2004) aponta que existe a necessidade de dar proteção legal ao saber, práticas e inovações tradicionais destas comunidades tradicionais. Aponta também que as comunidades de seringueiros, quilombolas, indígenas, agricultores e ribeirinhos, aqui incluídos como comunidades tradicionais, não possuem direitos assegurados sobre seu saber tradicional acumulado e de manutenção deste saber por meio do acesso aos recursos naturais e seu manejo de baixo impacto. Zuchiwschi *et al.* (2010), realizando estudos sobre a conservação da biodiversidade vegetal, usos tradicionais e preservação de conhecimentos tradicionais em comunidades rurais no município de Anchieta – SC apontam que a limitação ao uso de espécies nativas às comunidades tradicionais, mesmo que com a intenção de preservar a biodiversidade, pode gerar efeitos contrários, na perda do saber tradicional que está intimamente relacionado à valorização e respeito aos recursos naturais e seu manejo de baixo impacto e conservação.

Portanto, temos um impasse que diz respeito à conservação de recursos vegetais nos moldes do que vem sendo aplicado pelas ações governamentais, sobretudo na criação de reservas intocadas do patrimônio natural e a garantia de acesso e manutenção da cultura e do saber das comunidades tradicionais. Talvez não sejam contrárias, mas necessitam de outro olhar, voltado para o social e desprovido da lógica capitalista que vê na conservação da natureza a manutenção do seu estoque de bases produtivas desconhecidas e futuras.

2.4 Aspectos econômicos e sociais

Na conjuntura econômica e social atuais no Brasil, muitos fatores contribuem ao uso expressivo de plantas em fins medicinais, destacam-se: “o alto custo dos medicamentos industrializados, o difícil acesso da população à assistência médica, bem como a tendência ao uso de produtos de origem natural.” (BADKE *et al.*, 2012, p. 364). O que se tem observado atualmente é a tentativa de aliar o saber tradicional à investigação científica, de maneira que o avanço em pesquisas por novos fármacos e produtos diversos de origem vegetal, não comprometa o desenvolvimento do saber tradicional em curso, marginalizando-o, ou pior, institucionalizando formas de negar-lhe o direito de ser construído.

No que toca ao uso de plantas medicinais, por exemplo, Machado (2009) nos aponta que referente ao reconhecimento governamental, atualmente o Governo Federal tem trabalhado na tentativa de implantar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), aprovada pelo DECRETO nº 5.813, de 22 de Junho de 2006, abordada posteriormente. “A prática do uso das plantas na medicina tradicional está incluída e reconhecida no sistema primário de saúde em países em desenvolvimento já que estes possuem 67% das espécies vegetais do mundo” (MS, 2006; MAIOLI-AZEVEDO; FONSECA-KRUEL, 2007; CHAVES; BARROS, 2012, p. 477).

Quanto aos aspectos mercadológicos, pouco se conhece sobre o comércio informal de plantas medicinais comercializadas em mercados e feiras livres, o que se supõe é que muitas pessoas tenham no cultivo e extrativismo de plantas medicinais uma fonte comercial de renda que lhes garante a sobrevivência e determinado status social. O que se tem conhecimento sobre o comércio formal de plantas sob o nome de fitoterápicos é que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) 80% da população mundial faz uso de plantas medicinais e derivados para tratamento de saúde.

Pesquisas demonstram que, no Brasil, 91,9% da população já fez uso de algum tipo de planta medicinal, e 46% da mesma parcela cultiva alguma espécie medicinal em casa (ABIFISA, 2007). Algumas pesquisas apontam também que cerca de U\$\$ 500 milhões são gastos na criação de novos medicamentos sintéticos, dentro do período de aproximadamente 10 anos de pesquisa, enquanto as plantas

medicinais além de terem uma forte valoração cultural estão disponíveis para consumo imediato pelas populações de baixa renda. Em relação ao mercado de fitoterápicos, no Brasil, entre os anos de 1999 e 2000, houve aumento em torno de 15%, enquanto o mercado de medicamentos sintéticos apresentou crescimento de apenas 3 a 4% (EMBRAPA, 2013).

Segundo pesquisas realizadas pela empresa de consultoria Global Industry Analysts, publicada em 31 de maio de 2013 pelo site de notícias Terra economia, estima-se que o mercado mundial de fitoterápicos chegará à US\$ 107 bilhões até 2017, em 2011, as receitas esteve em torno de US\$ 5,3 bilhões apenas nos Estados Unidos. No Brasil, os resultados são bem menores, A Empresa brasileira de fitoterápicos estima crescimento interno de R\$ 700 milhões a R\$ 1 bilhão no mesmo período. Segundo a ANVISA existem 421 fármacos fitoterápicos no mercado brasileiro, dos quais apenas dez foram produzidos com plantas nativas, contudo 420 não foram desenvolvidos no Brasil (TERRA ECONOMIA, 2013).

O comércio de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs, em cidades de pequeno, médio e grande porte evidenciam que a utilização da biodiversidade vegetal tem se incorporado aos hábitos de comunidades urbanas (ALVES; ROSA, 2007; ALVES *et al.*, 2008). Em muitas feiras e mercados informais o comércio de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs estão inseridos em uma rede que conta com: coletores, atravessadores e erveiros, casqueiros, raizeiros até o consumidor final. No entanto, nada se conhece sobre o processamento e armazenamento destes produtos, podendo se tornar grave problema de saúde pública.

Alves *et al.* (2008), após realizar estudos sobre o aspectos socioeconômicos do comércio de plantas e animais com finalidade medicinal em regiões metropolitanas do Norte e Nordeste, observaram que em média o grau de escolaridade das pessoas que comercializam estes produtos é baixo, evidenciando a importância da venda destes recursos que constitui a única forma de renda à estas pessoas, e não é dependente do conhecimento formal. Em alguns casos específicos nas cidades de Belém e São Luís havia ganho entre 4 e 5 salários mínimos por informante por mês. Os autores apontam, inclusive, aos riscos sociais da economia informal, da baixa inserção de pessoas no mercado de trabalho. O tempo médio de atividade no ramo observado foi em torno de 10 anos, o que indica retorno econômico significativo, e para os impactos ambientais e na saúde pública, gerados

pelo segmento crescente, indicando na Educação Ambiental e Educação do campo uma possibilidade de ajuste para esta problemática.

Pinho *et. al.* (2012), analisando o comércio informal de plantas medicinais em Caxias, MA, verificou resultados semelhantes, indicados pela baixa escolaridade cerca de 80% e 20% que estudaram até a 8ª e 7ª séries, respectivamente, e o comércio destes produtos como fonte integral de renda.

É imprescindível que aqueles que manejam produtos ao consumo humano tenham acompanhamento mínimo na orientação sobre boas práticas de conservação, higiene e saúde. Almeida e Pena (2011), realizando o estudo sob perspectiva etnográfica, acerca da contaminação alimentar em feiras livres de Santo Amaro, BA, apontam que nesta localidade as feiras são montadas sem estrutura, não há organização quanto ao acesso por animais, gestão do lixo, proteção dos produtos *in natura* comercializados que ficam normalmente expostos céu aberto. Indicando também, que boa parte dos donos de bancas, entrevistados, possui a conotação diferente de contaminação, apontando ao contato direto com contaminantes, sem considerar a contaminação pelo ar, gotículas de água e saliva, contato manual, dentre outros.

É importante frisar que o saber tradicional não está relacionado a práticas precárias de manuseio e conservação de produtos na alimentação e saúde humanos. O conhecimento tradicional do uso da flora se inova em contato com outras informações e conhecimentos, assim, muitos problemas relacionados à comercialização de produtos não industrializados em feiras livres passam pela necessidade de informação, orientação, estruturação e organização sendo a coerção a última instância necessária, o que logicamente deveria ser realizado pelos órgãos governamentais, uma vez que estes detêm a autoridade e os meios na consecução destes objetivos. Não basta apenas marginalizá-los proibindo as pessoas de realizarem suas atividades comerciais, é necessário dar-lhes dignidade naquilo que realizam.

Ademais a criação e incentivo de grandes e estruturados comércios formados por empresas de grande aporte econômico para atuar no ramo de plantas medicinais e fitoterápicos, regulados pelos órgãos estatais, fundamenta-se quase que exclusivamente na grande soma em tributos que podem ser gerados, não são a saída para esta demanda prioritariamente social. O Brasil desponta como potência econômica rural, porém a segurança alimentar de milhões de brasileiros encontra-se

na agricultura familiar; com relação à saúde não é muito diferente, os que não têm acesso aos sistemas de saúde públicos e privados e medicamentos, não possuem alternativa economicamente viável ao tratarem de sua saúde, soma-se a isto a própria cultura do brasileiro que encontra nos remédios naturais por meio de plantas e seus orientadores a segurança e o respeito muitas vezes não obtidos dos agentes de saúde públicos e privados nos hospitais, clínicas e farmácias.

2.4.1 A propriedade intelectual, a Bioprospecção e a Indústria de Medicamentos:

O crescimento pela procura de novos produtos de origem natural, princípios ativos, moléculas e enzimas de interesse biotecnológico, genes de interesse econômico, metabólitos secundários, plantas e derivados vegetais com alguma importância científica e industrial tem se dado de forma assombrosa. A pesquisa de bioprospecção pela busca de substâncias de alto valor agregado, derivadas de vegetais faz do mercado farmacêutico, cosmético, industrial e de energia um espaço de constantes modificações e reestruturação. Ligado a estes fatores, a biopirataria/bioprospecção são pautas constantes em fóruns e encontros de órgãos governamentais e não governamentais internacionais, ora sob o aspecto dos direitos das populações tradicionais, ora pela discussão da preservação e uso da biodiversidade (REZENDE; RIBEIRO, 2005).

O que temos visto é o modesto desenvolvimento de pesquisas nacionais frente aos trabalhos de pesquisadores e especuladores internacionais no estudo de plantas medicinais e substâncias de interesse farmacológico e industrial. Referente às pesquisas e publicações sobre o tema em congressos e periódicos, o que percebemos é que muito pouco ainda tem sido feito por brasileiros acerca do conhecimento tradicional em terras nacionais. Oliveira *et al.* (2009) nos aponta que até 2009, 52% das pesquisas de bioprospecção na América latina publicadas em revistas internacionais foram feitas por pesquisadores norte-americanos, neste estudo verificou que a América do Sul correspondia à 41% das pesquisas na América Latina, desta totalidade apenas 67% eram brasileiras (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

No contexto econômico, o conhecimento tradicional tem grande significado para as inovações na identificação de novas plantas com atividades farmacológicas, fazendo papel de “filtro” para a inovação tecnológica (FERREIRA, 1998; REZENDE & RIBEIRO, 2005). Neste sentido, a atividade científica voltada para a brioprospecção necessita respeitar a propriedade intelectual das populações tradicionais. Muitos laboratórios farmacêuticos, utilizando-se do conhecimento etnobotânico têm realizado pesquisas que resultam na descoberta de novos fármacos, sendo estes patenteados sem qualquer pagamento de *royalties*⁴ às comunidades que foram norteadoras das pesquisas. Há necessidade de maior fiscalização governamental no controle da prospecção científica internacional.

Rezende e Ribeiro (2005) após realizar estudos com representantes do setor de plantas medicinais em cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, relacionando o conhecimento tradicional, as plantas medicinais e a propriedade intelectual, verificou que o principal obstáculo à estruturação destes atores influenciando na proteção de seus direitos e produção, é a inserção da lógica de mercado entre eles, observados nas falas individualistas dos entrevistados. Assim, a organização em cooperativas e associações parece ser alternativa viável, após a superação dos obstáculos limitantes.

Destacamos que o objetivo da pesquisa etnobotânica, etnofarmacológica e fitoquímica não deve ser o de negar as formas de vida, hábitos culturais e as crenças das populações tradicionais confrontando-os com o conhecimento tecnocientífico, deve servir ao desenvolvimento socioeconômico das populações tradicionais e não tradicionais reafirmando seus direitos. Portanto, é necessário maior controle do Estado, Fiscalização da sociedade civil e responsabilidade social no que trata à manutenção dos direitos dos povos tradicionais, ao recebimento das porções devidas pelas informações prestadas, e a conversão dos valores embolsados pelos órgãos governamentais como os tributos oriundos destes setores em fundos de promoção do saber tradicional e conservação destas comunidades. Além do controle na entrada e saída de materiais biológicos do país e informações

⁴ *Royalty* é uma palavra de origem inglesa que se refere a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização (BRASIL, 2013).

do saber tradicional. Garantindo também a soberania nacional e dos povos tradicionais no uso dos recursos da flora nacional.

2.5 Aspectos culturais e Legais

2.5.1 O Território Recôncavo da Bahia

A cultura do Baiano está entremeada de aspectos ligados ao místico, à natureza, e à expressão. Na Região Recôncavo da Bahia, devido a sua posição geográfica e histórica houve uma intensa miscigenação cultural resultante do encontro entre os elementos europeu, indígena e africano (BRANDÃO, 1998). O desenvolvimento de uma cultura voltada para o uso tradicional da flora teve um grande impulso nesta localidade, devido, sobretudo à grande biodiversidade de espécies vegetais, a exemplo da família *Arecaceae* com significativa expressividade: o Dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.) e a Piaçava (*Attalea funifera* Mart.), a primeira é um PFNM fonte de um produto de extremo valor, o Óleo de Dendê, ingrediente indispensável na elaboração de uma diversidade de pratos típicos da culinária baiana e mais atualmente integrante de programas de produção de Biodiesel. A Piaçava que fornece fibras de boa resistência na confecção de uma série de materiais, como vassouras, cestos e artesanatos.

Muitas festas e rituais religiosos fazem uso de plantas nativas da região, algumas específicas, em banhos, chocalhos, defumadores e tratamentos espirituais de limpeza e purificação, ou mesmo na permanência no ambiente livrando seus habitantes de perigos; hábitos comuns aos participantes de religiões como o Candomblé, Umbanda e Quimbanda.

O Recôncavo passou por uma história de escravidão e enriquecimento por meio da indústria canvieira e fumageira, tornando-se posteriormente uma região de menor relevância no cenário econômico nacional, que vem sendo superado pelo desenvolvimento da região, incluindo-se aí a chegada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia com polos nas cidades de: Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Cachoeira, Amargosa e mais recentemente, Faria de Santana e Santo Amaro.

Pedrao (2007) nos aponta que:

O Recôncavo contrasta com as demais regiões por ser a única com começo, meio e fim, com limites. A identidade cultural da região é única no Estado da Bahia: o único caso em que as pessoas são conscientes de serem parte de uma região e não de uma localidade ou de um município. (PEDRÃO, 2007, p. 12).

O autor nos indica também que embora o eixo econômico do Recôncavo tenha se centrado no foco Salvador-Feira de Santana por um longo tempo, este mantém densidade cultural distinta e vem apresentando novas possibilidades crescentes na economia que o faz diferenciar-se, distanciando o Recôncavo da Região Metropolitana de Salvador, que há muito pouco tempo deixou de ser Recôncavo de Salvador, para se tornar Recôncavo da Baía de Todos os Santos.

Brandão (2007) nos aponta que historicamente existiu uma diversidade de denominações apontadas para o Recôncavo: Recôncavo canavieiro, Recôncavo mandioqueiro, Recôncavo da cerâmica, Recôncavo fumageiro, no qual Salvador ocupava foco central tornando-se absorvedor da produção e direcionando suas funções. Neste contexto, pela sua formação histórico-cultural o Recôncavo era composto por 40 municípios até 2002, essa gênese estava muito mais voltada para os aspectos lógico-produtivos que para os aspectos culturais e identitários, vistos atualmente pela composição de 20 municípios conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2007).

A respeito deste dinamismo cultural que aflora no Recôncavo Pedrao (2007) nos diz:

Surgem diversos sinais de dinamização da sociedade regional pauperizada, justamente através dos mecanismos de identidade da pobreza, tais como são as associações rurais de minifundistas, as associações religiosas e a música popular. Num impulso de otimismo que pode ser desmentido pela repetição do círculo vicioso da dominação, pode-se esperar que surjam movimentos locais capazes de identificarem focos de interesses suficientes para renovar a esfera da política. A realidade social se revela com mais objetividade, justamente, quando há alguns sinais de ruptura com o ranço do escravismo (PEDRÃO, 2007, p. 21).

A expressividade religiosa e as novas relações para o dinamismo social e cultural da aceitação e respeito às religiões brasileiras ou afro-brasileiras, a valorização do saber indígena tradicional e a busca pelo estilo de vida natural, apontam de forma holística para uma nova relação com a natureza e seus elementos, neste sentido o uso da flora se insere em um modo de vida animista que encontra em seu uso uma forma contundente da expressão de suas crenças, histórias, imaginário e arte. Dessa forma, podemos apontar que o uso de plantas medicinais e ritualísticas é em grande parte expressão da cultura local de valorização da natureza pelas crenças em suas associações místicas. Observando-se dessa forma que o próprio uso e relação com a flora se constitui em patrimônio cultural.

Além dos usos relacionados aos espaços ritualísticos e religiosos, observamos por meios de trabalhos realizados que o consumo de plantas medicinais para chás, infusões e tinturas, dentre outros, no tratamento de doenças é hábito comum dos habitantes do Recôncavo da Bahia (SILVA *et al.*, 2009).

2.5.2 A Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Por meio do Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, foi aprovada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), dando encargos multiministeriais à criação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, sob gestão do Ministério da Saúde, aportando também responsabilidades à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e a FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz).

Como toda política pública governamental, pressupõe-se da demanda social em sua criação, percebemos, no entanto, que o instrumento jurídico na criação desta política é ato do Poder Executivo, em função de ser tratado como questão de saúde pública a qual está a cargo do Ministério da Saúde, órgão também ligado ao Executivo Federal, antes mesmo de ser uma questão cultural relevante, embora, se trate de questões que englobam um assunto há muito existente na realidade do País, que é base desta discussão. Mesmo assim, ciente desta demanda, o texto legal traz em seu Art. 3º, IV, VIII e IX, responsabilidades interministeriais para a

devida consideração cultural e social pertinente aos povos tradicionais e à cultura do tradicional.

O escopo do texto em anexo ao decreto dá explicações acerca dos objetivos e diretrizes para a consecução do programa e sobre o direcionamento ao qual a política se presta. Nos objetivos específicos destaca-se a gestão socioeconômica do programa “considerando o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais”. Dentre as diretrizes norteadoras a de nº 10, diz: “Promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros”.

Em relação ao manejo de plantas medicinais, o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, em seu ponto 3.1.1 tem por responsabilidade “Atualizar ou elaborar regulamentação específica, incentivando o fomento à organizações e ao associativismo e à difusão da agricultura familiar e das agroindústrias de plantas medicinais” (MS, 2009, p. 16).

Dentre os principais pontos abordados pelo programa, destacam-se os que dizem respeito ao apoio da cadeia produtiva por meio de apoio técnico para manejo e cultivo sustentável, o fomento ao estudo e criação de centros de pesquisas, incentivo à incorporação de tecnologia junto à agricultura familiar, disseminação de boas práticas de manejo e incentivo ao preparo de remédios caseiros.

A proposta é incentivar o desenvolvimento do setor de plantas medicinais e fitoterápicos com apoio às comunidades tradicionais e o saber tradicional está explícito na Política e no Programa, devendo ser efetivada o mais rápido possível. Além disto, o programa dá incentivo à pesquisa etnofarmacológica brasileira com a intenção de levantamento do patrimônio genético nacional e da prospecção de substâncias de importância socioeconômica.

Considerando a portaria interministerial nº 2.960 MS/CCPR/MAPA/MCTI/MinC/MDA/MDS/MIN/MMA⁵ de 9 de dezembro de 2008, quando aprovado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, criou também o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com a incumbência de estruturar a aplicação do programa nos três níveis do poder público. A Portaria nº 971/GM/MS, de 3 de maio de 2006, aprovou a Política Nacional de Práticas integrativas e Complementares (PNPIC) no âmbito do SUS, que posteriormente por meio da Portaria nº 886, de 20 de Abril de 2010, criou e incluiu o Projeto Farmácia Viva no

⁵ Ver lista de abreviaturas

SUS a nível municipal, estadual e no Distrito Federal, dentro das prática integrativas e complementares do SUS. O projeto também visa obter apoio técnico das instituições de pesquisa e Universidades em pesquisas de fitoterápicos novos e orientação para uso, sendo distribuídas em farmácias da rede pública.

Acerca da Portaria nº 886 de 20 de Abril de 2010, destaca-se que a mesma está relacionada à Resolução nº 338, do Conselho Nacional de Saúde, de 6 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Neste sentido, a Farmácia Viva segundo o texto legal terá sua gestão da seguinte forma:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS, sob gestão estadual, municipal ou do Distrito Federal, a Farmácia Viva.

§ 1º A Farmácia viva, no contexto da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, deverá realizar todas as etapas, desde o cultivo, a coleta, o processamento, o armazenamento de plantas medicinais, a manipulação e a dispensação de preparações magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos.

§ 2º Fica vedada a comercialização de plantas medicinais e fitoterápicos elaborados a partir das etapas mencionadas no parágrafo primeiro. (PORTARIA nº 886, de 20 de Abril de 2010).

Considerando este aspecto cabe questionar a inserção da economia dos povos e comunidades tradicionais neste processo produtivo atendendo aos pressupostos da Política e Programa de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Percebe-se que o texto legal não traz relação à participação das comunidades tradicionais neste processo produtivo e extrativista, fornecendo matéria prima dentro do manejo de baixo impacto e assegurando a participação popular, gerando diversificação de renda, sobretudo no âmbito da agricultura familiar. A respeito disso Zucchi (2013, p.274) nos diz que assim, “os pequenos produtores podem encontrar na produção de espécies medicinais a oportunidade ímpar de diversificar suas propriedades e aumentar sua renda”, além disso, o extrativismo por meio de práticas de manejo adequadas é a forma de assegurar fiscalização das florestas e garantir a inserção das comunidades tradicionais ligadas às florestas nesta fatia de renda e de autoafirmação do saber tradicional.

Por meio do RENISUS (Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS) e a RENAFITO (Relação Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos), o

MS em 2005, divulgou a listagem de algumas plantas que podem ser utilizadas na farmácia viva no âmbito do RENAFITO, e plantas para investigação científica que possuem usos tradicionais associados com potencialidade a ser inserido no programa de plantas medicinais do SUS (RESINUS).

2.5.3 A ANVISA e a regulamentação estatal no uso de e fitoterápicos

A ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária dispõe sobre os produtos de origem vegetal para tratamento humano e animal e neste aspecto regula os modos de produção, processamento, armazenamento, toxicidade dentre outros parâmetros relacionados aos fitoterápicos. As principais normas reguladoras encontram-se abaixo:

QUADRO 1- Principais normas da ANVISA sobre Fitoterápicos

DISPOSITIVOS LEGAIS	TEMA
Portaria 22 de 30 de outubro de 1967 (MS)	Estabelece normas para o emprego de preparações fitoterápicas.
Portaria nº 123, de 19 de outubro de 1994 (MS – Secret. de Vigilância Sanitária)	Estabelece as normas para o registro de produtos fitoterápicos.
Portaria nº 6, de 31 de janeiro de 1995 (ANVISA)	Institui e normatiza o registro de produtos fitoterápicos junto ao Sistema de Vigilância Sanitária.
Resolução RDC nº 17, de 24 de fevereiro de 2000 (ANVISA)	Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos.
RDC nº. 48, de 16 de março de 2004 (ANVISA)	Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos.
Resolução RE nº 89, de 16 de março de 2004 (ANVISA).	Determina a publicação da "lista de registro simplificado de fitoterápicos".
Resolução RDC nº 214, de 12 de dezembro de 2006 (ANVISA)	Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para Uso Humano em farmácias.
RDC nº 14, de 31 de março de 2010 (atual)	Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos.

RDC Nº 45, de 9 de Agosto de 2012 RDC Nº 45, de 9 de Agosto de 2012 (Continuação)	Dispõe sobre a realização de estudos de estabilidade de insumos farmacêuticos ativos.
Resolução - RDC nº 138, de 29 de maio de 2003.	D.O.U de 02/06/2003 - Dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos.

2.6 O papel do Engenheiro Florestal em relação ao manejo e cultivo de plantas medicinais e PFNMs e da proteção aos povos e comunidades tradicionais.

A necessidade de transversalidade da Educação Ambiental no Ensino Superior e Profissional instituída pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA), todas as práticas profissionais devem ser revistas sob o aspecto de menor impacto ambiental e da sustentabilidade. Neste sentido, o Engenheiro Florestal por estar diretamente relacionado à área de proteção, conservação florestal e uso dos recursos naturais desempenha um papel primordial. A Resolução nº 218 de 29 de junho de 1973 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia aponta em seu Art. 10 a competência do Engenheiro Florestal, dando entre as competências a responsabilidade sobre manejo florestal, os recursos naturais renováveis e os produtos florestais, incluindo os não madeireiros.

O Engenheiro Florestal em contato com comunidades tradicionais, seja em qual bioma for, precisa desempenhar um papel sociológico significativo, necessitando estar preparado e aberto ao diálogo. Viana (1999) nos diz que:

Um dos entraves à implantação do conceito de desenvolvimento sustentável é a distância dos tomadores de decisão em relação à realidade. Parte significativa dos ecossistemas naturais remanescentes do Brasil encontra-se em áreas habitadas por populações tradicionais (índios, caiçaras, quilombolas, caboclos, ribeirinhos e extrativistas). São raríssimos os técnicos e autoridades que conhecem a ecologia dos ecossistemas naturais e a realidade das populações tradicionais que vivem nessas áreas. Mais raro ainda são os que analisam os fatos de forma participativa, ouvindo e escutando a perspectiva das comunidades tradicionais onde se dão as ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável. Como resultado, as

decisões são tomadas com base em informações e interpretações equivocadas (VIANA, 1999, p. 241).

Muitos empreendimentos necessitam prioritariamente de capacitação profissional para lidar com pessoas e culturas diferentes com respeito e valorização cultural do outro, reconhecimento do saber tradicional e, sobretudo com integridade, transmitindo confiança à estas populações. É necessário, portanto, que aqueles que pretendem exercer atividades junto às populações tradicionais e comunidades rurais tenham adequação social e preparo suficiente para respeitar as comunidades e pessoas em suas diferenças, como elemento fundamental no sucesso da atividade.

Viana (1999) nos aponta também que no caso dos ecossistemas florestais o assunto é ainda mais grave, porque as comunidades tradicionais além de estarem fortemente dependentes dos recursos florestais em grande parte das suas necessidades pessoais, estes desenvolveram também um conhecimento tradicional histórico mais sofisticado sobre os usos das florestas.

Assim, “no contexto da investigação etnobotânica, o pesquisador procura conhecer a cultura e o dia-a-dia da comunidade pesquisada, (...) como ela se vale dos recursos naturais (...)” (PATZLAFF; PEIXOTO, 2009, p. 238). Esta forma de pensar ultrapassa e confronta a lógica capitalista empregada no mercado de produtos da floresta, por exemplo. Estas comunidades não estão em sua maioria adaptadas à ideologia de acúmulo de capital, assim a colheita e o extrativismo possui um limite natural que é o de preencher a saciedade do indivíduo ou comunidade durante certo tempo, o excedente comercializado vem apenas para preencher outras necessidades que já existiam ou vão sendo criadas. A atividade realizada neste meio deve levar em consideração estes e outros fatores, como garantia de respeito às comunidades e suas identidades.

Patzlaff e Peixoto (2009) nos apontam também que o estímulo e o autorreconhecimento dos informantes de pesquisas etnobotânicas como pessoas de notório saber em temas específicos (conhecedor de modos de preparo de plantas medicinais, árvores da floresta, outras plantas medicinais, métodos de colheita) é importante para a autoestima destes e da comunidade como um todo, fortalecendo a unidade comunitária e a confiança que é o próprio elemento que a constitui como tal.

O Engenheiro Florestal posto em contato com populações tradicionais em empreendimentos de manejo e extrativismo para comercialização, a exemplo da

Empresa Natura e os catadores de Castanha-Do-Pará, pode contribuir na conservação da natureza por meio de técnicas suportes, realizando, por exemplo, o inventário e estimando a quantidade de produtos não madeireiros existentes na área e posteriormente indicar um manejo sustentável e uso adequado da vegetação por meio de técnicas extrativistas adequadas, além da pesquisa de bioprospecção por novos produtos, melhorias e inovação de sistemas de produção e beneficiamento de produtos, organização social por meio de cooperativas e associações.

No âmbito da Agricultura Familiar a atuação do Engenheiro Florestal por meio da criação e condução de Sistemas Agroflorestais – SAFs, com base em práticas Agroecológicas constitui alternativa viável na proteção do solo e água, diversificação de produtos e segurança econômica e alimentar. Como resultado temos alta diversidade de espécies, com múltiplas finalidades, é cultivada em quintais, tais como plantas usadas para construção, artesanato, combustível, religião, ornamental, fibras e medicina tradicional (FLORENTINO; ARAÚJO; ALBUQUERQUE, 2007).

A produção de plantas medicinais devidamente acompanhada por técnicos qualificados pode vir a ser objeto de comercialização e significativa renda às famílias de agricultoras rurais, devido a possibilidade de diversificar a produção agrícola e exigir menor demanda de insumos. O Engenheiro Florestal através dos conhecimentos de ecologia florestal, práticas silviculturais, manejo e inventário florestal, biotecnologia, fertilização, economia podem ampliar a produção rural e promover a conservação de germoplasma de interesse, melhorar as condições edafoclimáticas em certa região por meio do manejo da bacia hidrográfica e dando opções para a criação de animais como abelhas, por exemplo.

O Engenheiro Florestal ainda tem tido pouco destaque no âmbito da agricultura familiar. Segundo o Censo da agricultura familiar no Brasil de 2006, 74,4% das pessoas ocupadas na agricultura encontram-se na agricultura familiar, estes estabelecimentos são 84,4% dos estabelecimentos agrícolas do país, sendo que 54% destes estão localizados na região Nordeste. São cerca de 12,3 milhões de brasileiros e brasileiras, contudo, a agricultura familiar ocupava apenas 24,3% da área ocupada pela agricultura total. Em 2006 o valor bruto da produção chegou à R\$ 54 bilhões por produtos produzidos pela agricultura familiar (MDA, 2006).

O papel do Engenheiro Florestal tenderá a crescer nesta área à medida que a sociedade tome consciência do potencial socioeconômico das florestas e SAFs. permitindo a implantação de outros programas de produção no campo; neste

momento o Engenheiro Florestal deixará de desempenhar um papel quase que exclusivo de fiscal de reserva legal e Área de Preservação Permanente ou monocultor, para assumir a posição de gestor de produção rural multidiversificada e sustentável nos campos e florestas de forma mais enfática.

3. METODOLOGIA

3.1 Identificação da área de Estudo

O Território Recôncavo da Bahia é composto por 20 municípios conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2007): A pesquisa foi realizada em feiras livre de seis Municípios do Território do Recôncavo: Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, São Félix, Cachoeira e Sapeaçu, (Mapa1), anexo. Abaixo, foram relacionados dados fornecidos pelo censo do IBGE, (2010) no (Quadro 2). O Principal fator de escolha dos municípios foi: o fato de serem limítrofes e a circulação de pessoas, bens e produtos ser intensa. A menor distância entre eles facilita acesso, uma vez que o acesso às feiras precisa ser realizado principalmente nas primeiras horas da manhã, horário em que os feirantes ainda estão trabalhando, eles possui similaridade aparente nos hábitos cotidianos.

Quadro 2 – Principais dados sobre os municípios investigados (IBGE, 2010)

Município	Localização	Área	População	IDH Municipal	Dias das Feiras livres
Cachoeira	Latitude: -12.5891, Longitude: -38.9691	395,223 km ²	32.026 hab.	0,647	Quarta a Sábado
Cruz das Almas	Latitude: -12.653, Longitude: -39.1219	145,742 km ²	58.606 hab.	0,646	Segunda a Sábado
Gov. Mangabeira	Latitude: -12.5991, Longitude: -39.021	106,317 km ²	19.818 hab.	0,643	Sábado e Domingo
Muritiba	Latitude: -12.6369, Longitude: -39.0959)	89 km ²	28.889 hab.	0,66	Sábado
São Félix	Latitude: -7.3652,	99,203 km ²	14.098 hab.	0,639	Sexta e

	Longitude: -35.4393				Sábado
Sapeaçu	Latitude: -12.7262, Longitude: -39.1793	117,209 km ²	16.585 hab.	0,614	Sábado

As feiras livres nos municípios acontecem em local separado próximo aos mercados municipais, contudo não contam com estrutura fixa. As bancas são cobertas por lonas e plásticos, e as bancadas onde são colocados os produtos a venda ficam depositadas na rua mesmo ou dentro do mercado municipal, em alguns casos são levadas e trazidas aos domicílios dos feirantes. As feiras apresenta uma vasta diversidade de produtos, com destaque para Cruz das Almas, Cachoeira e Muritiba, onde estes espaços e a diversidade de produtos oferecidos ao consumo parece ser maior. O trânsito de pessoas e animais é constante nestes espaços, os produtos ficam expostos podendo apresentar algum tipo de contaminação. Em Sapeaçu a feira funciona no espaço construído com teto fixo anexo ao mercado municipal e açougues. Nos demais as barracas se dispõem nas bordas das ruas.

3.2 coleta e análise dos dados

Para a escolha dos informantes foi aplicado o método da observação participante dos comerciantes de plantas medicinais em feiras livres nos municípios alvo desta pesquisa (VALLADARES, 2007), os comerciantes eram observados e quando identificados era feito o convite para a participação na pesquisa, caso não houvesse anuência não havia entrevista. Utilizou-se também a metodologia denominada por Becker (1993) de “bola de neve”, neste caso será pedida indicação de mais dois possíveis informantes e assim sucessivamente, assim um informante se torna fiador de quem apresenta, gerando maior confiabilidade no pesquisador e facilidade no acesso (MACIEL; NETO, 2006). Foram selecionados exclusivamente os comerciantes de Plantas Medicinais, ritualísticas e PFNMs.

Os dados colhidos estão baseados na percepção dos comerciantes, pois se verificou que estes possuíam maior conhecimento sobre a população consumidora, são pessoas de notório conhecimento sobre uso e indicações dos produtos e os

mesmos indicavam modo usos e indicações de tratamento de saúde e espiritual para as espécies comercializadas.

Não foi aplicado o termo de livre consentimento com assinatura escrita, uma vez que muitos dos informantes demonstraram baixo grau de alfabetização, na tentativa de não constrangê-los, e não impor insegurança em terem que assinar um documento para participarem da pesquisa, optou-se por realizar os esclarecimentos e solicitar o consentimento pela expressão verbal gravada em áudio, atribuindo-se nomes fictícios aos participantes com fim na proteção de suas imagens.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas:

1) Levantamento de dados em campo: foi aplicado um quadro na identificação das espécies vegetais de uso popular, que foi exclusivamente fotografado devido à indisponibilidade à doação e coleta na região de origem, pois se tratava de material botânico comercial e caso o investigador desejasse coletar teria de arcar com os custos, não previstos e intencionados neste trabalho; ademais, o material encontrava-se já bastante fragmentado, seco, sem flores e de difícil identificação, a coleta de informações foi feita por meio do quadro de identificação Etnobotânica elaborado pelo autor (Quadro 3), anexo.

A coleta de informações se limitará ao alcance máximo de 20 espécies totais, por informante; selecionando-as a partir da maior procura, ou espécies mais vendidas.

Após este momento foi feito o pedido de gravação de uma entrevista de áudio direcionada para análise de dados socioculturais, tendo por base um roteiro semi-estruturado (Quadro 4), anexo. No caso de manifestação da impossibilidade de participação naquele momento será sugerido um retorno para a entrevista em outro momento; Caso houvesse negativa, não será realizada entrevista. A entrevista teve duração mínima de 5 minutos, não devendo exceder 10 minutos, por entrevistado. Os entrevistados não foram identificados, suas falas foram transcritas e eventualmente apresentadas no trabalho, o livre consentimento em participar foi registrado em áudio, por motivos já explicitados.

Na obtenção dos dados foram realizadas 15 visitas às feiras dos municípios amostrados em datas e em dias da semana diferentes, foi indicado por alguns informantes, outros feirantes e consumidores de que haviam comerciantes dos produtos relacionados que não frequentavam as mesmas localidades todos os

dias, assim, na tentativa de amostrar o maior número possível de pessoas realizaram-se outras visitas, todas as visitas duraram aproximadamente três meses (agosto a outubro) de 2013,

2) Identificação do material: O material botânico foi fotografado devido a indisponibilidade para coleta, parte estava fragmentado, sem peças florais e de difícil aceitação para identificação em herbários; por tal motivo a identificação foi feita com auxílio de manuais, outros trabalhos científicos envolvendo nomenclatura e imagens, herbários e pesquisas virtuais de imagens e identificação botânica, com base em sua morfologia e no sistema de classificação botânica de sistemas naturais pela comparação das imagens registradas com imagens de plantas já classificadas, quando possível. As imagens de algumas espécies encontram-se anexas.

3) Manipulação e análise dos dados: Após a coleta de informações os dados foram tabelados para melhor visualização e acompanhamento dos resultados. A estruturação em tabela pode permitir uma melhor visualização da situação real. Foi realizada análise estatística descritiva simples para identificar em termos percentuais a indicação das partes utilizadas, modo de preparo, tipo de formação vegetativa e principais problemas de saúde associados ao uso. As entrevistas foram transcritas e analisadas para apresentação de dos dados socioculturais representativos destas comunidades, e as falas, quando necessário, utilizadas em citações dentro do texto. Após a análise dos dados foram apresentados resultados e discussão comparativa com pontos abordados na literatura sobre o tema, permitindo uma possível interpretação dos fenômenos relacionados ao uso e comercialização destes produtos que ocorrem nestas comunidades amostradas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Aspectos etnobotânicos

Após todas as visitas entre agosto a outubro de 2013 conseguiu-se o contato com 10(dez) informantes, sendo que nos municípios de São Félix e Governador Mangabeira, não houve registro de comércio de plantas medicinais nas feiras livres nem em estabelecimentos fixos.

Do total de identificados apenas 08 (oito) informantes se dispuseram a participar da pesquisa, após o convite. Os demais demonstraram desejo de não participarem de nenhuma etapa da pesquisa e não houve insistência em respeito a estas pessoas. Destes oito, apenas 05 (cinco), se dispuseram a gravar entrevista em áudio para pesquisa sobre identificação dos aspectos socioeconômicos e culturais relacionados ao uso tradicional dos recursos vegetais como atividade comercial.

Os dois comerciantes que optaram em não participar da pesquisa, ambos se localizaram no município de Cruz das Almas; alegaram proteção ao conhecimento por eles desenvolvido, apontando que não participariam porque aquele era o “ganho pão” deles e não poderiam expor dessa forma o conhecimento sem o recebimento de algo em troca e que tal conhecimento era dispensado exclusivamente para os fregueses que compravam na barraca e restritamente sobre o tratamento que deveriam empregar a respeito daquela planta ou produto adquirido.

Embora os informantes apontassem que eventualmente apareciam outros comerciantes para venda destes produtos em outros dias e datas diferenciadas, não foi possível identificá-los durante as visitas.

Exceto em São Félix e Governador Mangabeira onde não se verificou a presença de pessoas comercializando plantas medicinais e PFNMs, nas demais localidades o que se verificou foi uma grande quantidade de produtos comercializados de origem vegetal e animal para o tratamento medicinal e espiritual. Dentre as espécies, totais, foram listadas 62 espécies diferentes, agrupando-se as mesmas espécies citadas por mais de um informante em uma única referência neste trabalho, totalizando 101 citações de plantas; destas, 37 famílias botânicas identificadas. Na (Tabela 1), estão listadas as espécies citadas por seus nomes populares, nomes científicos e famílias botânicas, tipo de formação vegetativa, PFNMs e demais informações botânicas relacionadas ao uso tradicional, origem, colheita, armazenamento e valor médio praticado.

Tabela 1 – Identificação de plantas medicinais, PFNMs e seus usos tradicionais, comercializados e citados como os mais vendidos nos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Sapeaçu, Bahia, Brasil.

Família	Nome Científico/ Estrato*	Nome popular	Parte utilizada, modo de preparo e indicação	Origem*	Tipo de colheita/ Armazenamento	Preço médio (R\$)	PFNM*
Adoxaceae	<i>Sambucus nigra</i> L. (Ar)	Sabugueiro	Folha em chá refrescante e diurética; flor em chá para gripe;	Cultivo local/(muda)	Planta viva (muda)	2,00	Não
Amaranthaceae	<i>Iresine herbstii</i> Hook (Hb)	Coração Magoado	Chá das folhas para tratar problemas cardíacos	Cultivo local/(muda)	Planta viva (muda)	2,00	Não
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi (Ar)	Aroeira	Folhas como banho para inflamações e relaxamento, inalação de infusão para sinusite e bochecho de chá para inflamação de dente;	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Folhas
Annonaceae	<i>Xylopia</i> sp. Mart. (Ar)	Pindaíba	Fruto, sementes trituradas em infusão para prisão de ventre;	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Fruto e semente
Apiaceae	<i>Pimpinella anisum</i> L. (Hb)	Erva doce	Flores em chá para cólicas intestinais e gases;	Cultivo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Apocynaceae	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes (Ar)	Mangaba	Casca em infusão em água fria para tratar hipertensão em conjunto com medicação farmacêutica	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Casca
Aristolochiaceae	<i>Aristolochia trilobata</i> L. (Cipó)	Milome	Cipó para adicionar na cachaça para dar gosto e tratar infecção urinária, e verminose.	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Cipó
Asteraceae	Não identificação (Hb)	Folha de Ogum	Folhas e caule em banho para descarrego e como defumador com incenso	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Folha

Continua...

Tabela 1 – Identificação de plantas medicinais, PFNMs e seus usos tradicionais, comercializados e citados como os mais vendidos nos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Sapeaçu, Bahia, Brasil. Continuação...

Asteraceae	<i>Artemisia absinthium</i> L. (Hb)	Losna	Chá das folhas para anemia, azia, muco, febre, dor de estômago e tratar o diabete.	Cultivo local/(muda)	Planta viva (muda)	2,00	Não
	<i>Matricaria recutita</i> L. (Hb)	Camomila	Flor em chá - calmante	Cultivo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Bignoneaceae	<i>Anemopaegma glaucum</i> Mart. (Ar)	Pau-de-Resposta	Infusão da casca como estimulante sexual	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Casca
	<i>Anemopaegma arvense</i> Vell. (Ar)	Catuaba	Casca em infusão à frio para fortalecer o sistema nervoso	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Casca
Cactaceae	<i>Hylocereus undatus</i> Haw. (Suc)	Mandacará-três-quinás	Chá e infusão para emagrecimento e gastrite	Cultivo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	3,00	Não
Celastraceae	<i>Maytenus Illicifolia</i> Mart. ex Reissek. (Ab)	Espinheira Santa	Chá das folhas para inflamação estomacal e intestinal, do útero e ovários; infecção urinária, banho íntimo contra infecção;	Extrativismo externo (RV)	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Folha
Cochlospermaceae	<i>Cochlospermum regium</i> (Mart. ex Schrank) Pilger (Ab)	Algodão	Chá das folhas e flor para dor nas pernas e cólica em crianças	Cultivo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Convolvulácea	<i>Convolvulus operculatus</i> ; <i>Operculina Macrocarpa</i> Linn. (Hb)	Purga de Batata	A raiz ralada sobre infecções e inflamações da pele e contra calvície. Utilizado na confecção de doce.	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	5,00	Não

Continua...

Tabela 1 – Identificação de plantas medicinais, PFNMs e seus usos tradicionais, comercializados e citados como os mais vendidos nos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Sapeaçu, Bahia, Brasil. Continuação...

Convolvulaceae	<i>Operculina alata</i> Ham. (Hb)	Batata de Teiú, Batatinha de Teiú	Raízes na bebida ou como chá para tratar infecções cardíacas por picada de barbeiro e cobra; tratamento de problemas da próstata e gripes;	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	3,00	Não
Cucurbitaceae	<i>Luffa operculata</i> Cogn. (Hb)	Buchinha paulista	Tratamento dos animais, rala e pões na comida dos animais contra vermes; Vapor da buchinha para sinusite.	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,33	Não
Cyperaceae	<i>Cyperus rotundus</i> L. (Hb)	Dandá, Dandá da Costa, Tiririca	Raiz para banho de descarrego e limpeza espiritual	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Dipsacaceae	<i>Scabiosa</i> sp. (Ab)	Suspiro Branco	Chá para debilidade cardíaca	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Equisetaceae	<i>Equisetum</i> spp. (Hb)	Cavalinha	Chá do caule e folhas par emagrecimento	Cultivo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Euphorbiaceae	<i>Croton</i> sp. (Hb)	Velaminho	Chá de mistura para tratar AVC; usado em defumador com incenso;	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
	<i>Croton</i> sp. (Hb)	Velame	Dor de cabeça, caule e raiz como chá	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Fabaceae	<i>Bauhinia</i> sp. (Ar)	Pata de vaca	Chá das folhas para Tratamento da Diabetes	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não

Continua...

Tabela 1 – Identificação de plantas medicinais, PFMNs e seus usos tradicionais, comercializados e citados como os mais vendidos nos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Sapeaçu, Bahia, Brasil. Continuação...

Fabaceae	<i>Bowdichia nitida</i> Benth. (Ar)	Sucupira	Fruto e semente como chá para tratar dores de garganta, úlceras e problemas estomacais. Infusão para inflamação da coluna, artrite e artrose;	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Fruto e semente
	<i>Bauhinia smilacina</i> Schott (Cipó)	Cipó-Escada de macaco	Infusão em água fria para tratar problemas de coluna	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Cipó
	<i>Erythrina mulungu</i> Mart. ex Benth (Ar)	Mulungu	Chá da semente para tratar Pós AVC, tratamento de depressão	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Semente
	<i>Stryphnodendron adstringens</i> Mart. Coville (Ar)	Barbatimão	Casca em infusão em água fria como anti-inflamatório, para dor de estômago e gastrite; banho para tratar inflamações;	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Casca
	<i>Dioclea violacea</i> Mart. ex Benth (Ar)	Olho-de-Boi	A semente triturada para ratar inflamação	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Semente
	<i>Mucuna pruriens</i> (Hb)	Café-Berão, Café-beirão, Mucunã	Sementes em infusão, usar uma metade da semente para tratamento de AVC	Cultivo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
	<i>Amburana cearensis</i> A. C. Smith (Ar)	Imburana de cheiro	Infusão em água fria da semente para tratar AVC e indigestão, hipertensão;	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	1,00	Semente
	<i>Caesalpinia pyramidalis</i> Tul. (Ar)	Caatinga de Porco	Folha em chá contra má digestão	Extrativismo local (RV)	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Folha

Continua...

Tabela 1 – Identificação de plantas medicinais, PFNMs e seus usos tradicionais, comercializados e citados como os mais vendidos nos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Sapeaçu, Bahia, Brasil. Continuação....

Fabaceae	<i>Hymenaea courbaril</i> L. (Ar)	Jatobá	Semente e casca como tintura Para problemas de pele	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Fruto e semente
	<i>Anadenanthera macrocarpa</i> Benth. Brenan (Ar)	Angico	Casca em infusão como anti- inflamatório	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Casca
Flacourtiaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw. (Ar)	São Gonçálinho	Banho das folhas para descarrego e proteção espiritual	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	3,00	Folha
Lamiaceae	<i>Rosmarinus officinalis</i> L. (Hb).	Alecrim	Chá de mistura para tratar AVC; chá usado para lavar os cabelos e cosmético;	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
	<i>Leonotis nepetifolia</i> L. R. Br. (Hb)	Cordão de São Francisco	Chá e banho das folhas, flores e caule como cicatrizante e diurético.	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
	<i>Ocimum gratissimum</i> Wild (Hb)	Quiôio Caboclo	A planta toda para banho de descarrego e chá das folhas	Cultivo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	1,00	Não
	<i>Plectranthus amboinicus</i> Lour (Hb)	Tapete de Oxalá	Banho das folhas para limpeza espiritual	Cultivo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
	<i>Mentha</i> sp. (Hb)	Água de Alevante	Chá das folhas e caule para hipertensão	Cultivo local/(muda)	Planta viva (muda)	3,00	Não

Continua...

Tabela 1 – Identificação de plantas medicinais, PFMNs e seus usos tradicionais, comercializados e citados como os mais vendidos nos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Sapeaçu, Bahia, Brasil. Continuação....

Lamiaceae	<i>Origanum majorana</i> L. (Hb)	Manjerona	Chá das folhas para dores de garganta, artrite.	Cultivo local/(muda)	Planta viva (muda)	2,00	Não
Lauraceae	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Blume. (Ar)	Canela	Casca para doces, chás e comidas.	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	1,00	Casca
Liliaceae	<i>Allium ampeloprasum</i> L. (Hb)	Alho Macho	Mau olhado, banho de descarrego e como amuleto de proteção	Cultivo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Magnoliaceae	<i>Illicium verum</i> Hook. f. (Ar)	Anis estrelado	Chá ou infusão em água fria do fruto e semente para Tratar AVC, prisão de ventre, e como xarope contra gripe;	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	1,00	Fruto e semente
Malvaceae	<i>Sida cordifolia</i> L. (Hb)	Malva Branca	Chá das folhas e banho para inflamações externas	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Melastomaceae	<i>Miconia albicans</i> Sw. Trin. (Ab)	Canela de velho	Folhas, chá para dor de estômago e emagrecedor, dor nas articulações;	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	1,00	Folha
Monimiaceae	<i>Peumus boldus</i> Molina (Ab)	Boldo	Chá das folhas para indigestão e cólicas intestinais	Cultivo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	1,00	Não
Myristicaceae	<i>Myristica bicuhyba</i> Schott ex Spreng (Ar)	Noz Moscada	Tratamento da hipertensão - Chá da semente	Cultivo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	1,00	Não

Continua...

Tabela 1 – Identificação de plantas medicinais, PFNMs e seus usos tradicionais, comercializados e citados como os mais vendidos nos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Sapeaçu, Bahia, Brasil Continuação....

Phytolacaceae	<i>Petiveria alliacea</i> L. (Hb)	Guiné	A planta inteira como Banho de descarrego	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Poaceae	Não identificado (Hb)	Capim de Caboclo	Chá para tratar AVC, gripe e como defumador para limpeza espiritual;	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	3,50	Não
Rubiaceae	<i>Chinchona calisaya</i> Wild (Ar)	Quina-Quina	Infusão da casca para tratar a diabetes, dores nos rins. Contraindicação: abortivo;	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Casca
	<i>Coffea arabica</i> L. (Ab)	Café-verde	Chá das folhas e fruto para AVC e dor nas pernas	Cultivo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	1,00	Não
Rutaceae	<i>Ruta graveolens</i> L. (Hb)	Arruda	Folha em chá para lavar ouvido inflamado, chá para regularizar a menstruação (abortivo), banho para mau olhado;	Cultivo local/(muda)	Planta viva (muda)	2,00	Não
Simaroubaceae	<i>Quassia amara</i> L. (Ar)	Pau-tenente	Casca em infusão para tratar a hiperglicemia e gordura no fígado	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Casca
Solanaceae	<i>Solanum</i> sp. (Ar)	Cassutinga	Infusão da casca para tratar problemas intestinais; aromatizador de bebidas;	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Casca

Continua...

Tabela 1 – Identificação de plantas medicinais, PFNMs e seus usos tradicionais, comercializados e citados como os mais vendidos nos municípios de: Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Sapeaçu, Bahia, Brasil. Continuação....

Verbenaceae	<i>Vitex agnus castus</i> L. (Ab)	Alfazema	Banho e chá para tratar infecções do sistema respiratório e tensão, estresse. Utilizado como defumador.	Extrativismo externo e cultivo	Planta viva (muda)	1,25	Não
Não identificado	Não identificado (Cipó)	Cipó-alho	Cipó em banho para tratar problemas de pele e infusão para o mesmo fim.	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Cipó
Não identificado	Não identificado (Ar)	Pichilin	Chá de mistura para tratar AVC	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Fruto e semente
Não Identificado	Não Identificado (Hb)	Nego duro	Chá das folhas e casca para fraqueza dos nervos;	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Não identificado	Não identificado (Ab)	Espinho cheiroso	Chá das folhas para tratar inflamação	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não
Não identificado	Não identificado (Ar)	umbigo de índio	Semente em infusão para cólicas e dores abdominais	Extrativismo local	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Semente
Não identificado	Não identificado (Ar)	Andiroba	Semente para tratar doenças da pele e pêlos de animais, ralar e por na comida.	Extrativismo externo	Manual/Sacos plásticos à temperatura ambiente	2,00	Não

Nota: *Estrato corresponde ao tipo de formação vegetativa: (Ar) Arbóreo; (Ab) Arbustivo; (Hb) Herbáceo; (Suc) Suculenta; (Cipó);
 *Origem, fonte natural das plantas e PFNMs: (externo) que não é cultivado ou extraído na região do Recôncavo da Bahia; (RV) revenda.
 *PFNMS, são os Produtos Florestais não madeireiros identificados;

Dentre as partes das plantas mais utilizadas as folhas são preferencialmente utilizadas, sendo citadas em 33,33% das indicações de uso tradicional, o mesmo foi verificado por Zucchi *et al.* (2013) em Goiás, por Oliveira e Menini Neto (2012) em Minas Gerais, por Maioli-Azevedo e Fonseca-Kruel (2007) no Rio de Janeiro e por Pasa (2011) no Mato Grosso. Das folhas utilizadas apenas 6,45% são de PFNMs originários do extrativismo de formações florestais da região do Recôncavo e de outras localidades do semiárido, algumas são revendidas, adquiridas em Feira de Santana, BA, segundo os informantes.

Os demais usos de folhas 93,55% são de plantas medicinais não originárias de formações florestais, locais e de outras regiões. Os autores apontam que as folhas tem preferência dentre outros fatores pela facilidade em serem colhidas, pela melhor aparência em relação à casca e raiz, por exemplo; pelo gosto mais suave na maioria dos casos e pela facilidade no preparo. Seguida por cascas e sementes 13,89% dos usos, destes os PFNMs correspondem em 14,51% dos produtos. Caule/cipó em 11,11% dos usos, correspondendo à 4,83% de PFNM. No Gráfico 1, abaixo, constam as informações sobre as partes das plantas preferencialmente utilizadas.

Porcentagem de indicação da parte utilizada das amostras totais (%)

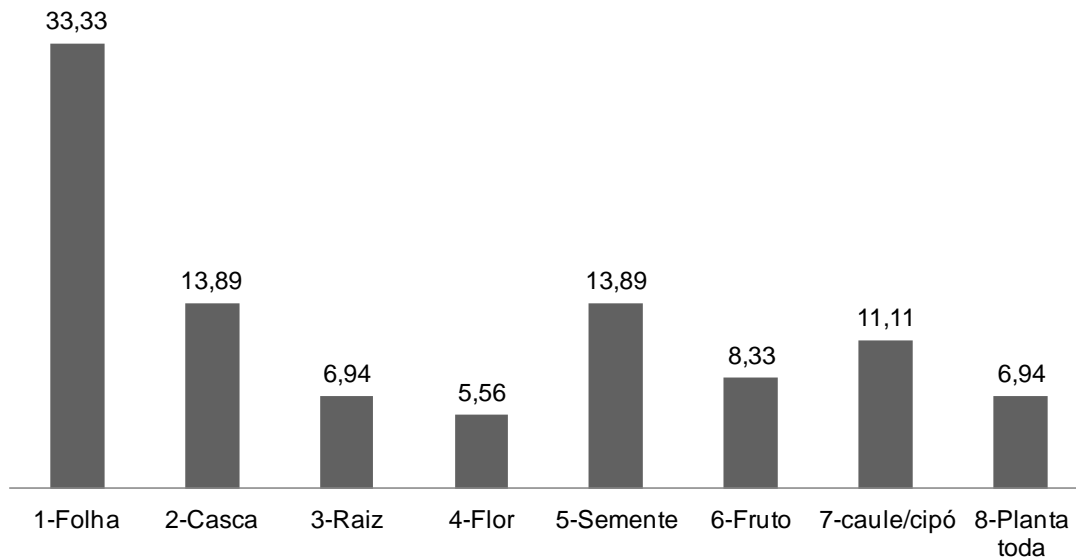


GRÁFICO 1 – Indica as partes botânicas utilizadas por preferência em porcentagem

As folhas são preferencialmente utilizadas. O impacto ambiental na retirada das folhas até certo limite de tolerância da planta é menor que os impactos gerados na retirada da casca. A retirada da casca sem o manejo adequado, pode provocar, por

exemplo, o anelamento da árvore/arbusto rompendo o floema e impedindo a distribuição igual da seiva elaborada na planta, dificultando a distribuição de substâncias de defesa da planta quando atacada por insetos e patógenos, podendo resultar na morte ou baixa produtividade da espécie (CARMO *et al.*, 2010). A utilização de sementes é outro aspecto botânico/ambiental de importância, quando originárias do extrativismo, sua retirada interfere diretamente no banco de sementes do solo, na taxa de germinação e recuperação do sistema por meio dos processos ecológicos. As flores, aparecem em última indicação de uso, 5,56%, possivelmente em função da maior dificuldade em encontrá-las na natureza devido as diferentes estágios fenológicos e a sazonalidade de algumas espécies.

Dentre as 37 famílias botânicas identificadas, as com maior representatividade foram: Fabaceae (17%) do total de citações, sendo (8 espécies) citadas; Lamiaceae (7,37%) do total, (7 espécies) citadas; Mimosaceae (6,32%) do total; Rubiaceae (6,32%) do total e Bignoneaceae (5,26%) do total. As principais espécies citadas foram: *Bowdichia nitida* Benth. (Sucupira) 4,95%; *Chinchona calisaya* Wild (Quina-Quina) 4,95%; *Maytenus ilicifolia* Mart. ex Reiss. (Espinheira Santa) 3,96%; *Stryphnodendron adstringens* Mart. Coville (Barbatimão), 3,96% das citações; dentre estas Espinheira Santa e Barbatimão fazem parte da lista de plantas medicinais regulamentadas pela ANVISA.

A espécie *Maytenus ilicifolia* Mart. ex Reissk da família Celastraceae foi citada em 3,96% das citações, que corresponde à referência de uso por 4 informantes, sendo indicado o uso do chá das folhas para inflamação estomacal e intestinal, do útero e ovários e infecção urinária e banho íntimo contra infecção. Segundo Santos-Oliveira, Coulaud-Cunha e Colaço (2009), apontam que a Espinheira Santa tem sido utilizada como complemento no tratamento de neoplasias com efeito antimicrobiano combatendo infecções que são comuns ao pacientes tratados com quimioterapia. Apontam também que a espécie possui atividade antiulcerogênica, promovendo a proteção da mucosa grástica, com ampla comprovação científica.

Os autores alertam também para a adulteração no comércio de *M. ilicifolia* em feiras livres, sendo comercializada a espécie *Sorocea bomplandi* Bailon como Espinheira Santa. Destacam que embora hajam pesquisas comprobatórias dos efeitos analgésicos e anti-ulcerogênicos da *S. bomplandi*, nada se sabe por meio de estudos científicos sobre a toxicidade crônica desta espécie.

Segundo Souza *et al.* (2007) indicam que a espécie *Stryphnodendron adstringens* Mart. Coville (Barbatimão), confirmaram a ação bactericida e anti-séptica do extrato seco de Barbatimão e na composição de sabotene para banho, devido principalmente a açãod e taninos na casca da planta. Neste trabalho o Barbatimão foi indicado para chá por meio de infusão em água quente e banhos do decocto no tratamento de inflamações. Borges Filho e Felfili (2003) apontam que as cascas da espécie tem sido objeto de intenso extrativismo no Cerrado e Mata Atlântica, sobretudo nos estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás onde são mais comercializados. A casca processada é vendida para chá e encapsuladas, os preços variam entre R\$3,50 e R\$ 12,00 por 100g.

A ANVISA estabelece que a utilização de plantas com princípios ativos ministrados no tratamento da saúde humana e animal necessita de ampla pesquisa de investigação e comprovação dos efeitos de seus compostos, incluindo-se as containdicações. A comercialização de plantas com anuência da ANVISA é dada do registro de fitoterápicos, após cumpridas as exigências normativas de segurança da Agência. O estudo etnofarmacológico por funcionar como direcionador das pesquisas por novos fitoterápicos, contudo, a criação de novos fitoterápicos foge a capacidade dos usuários tradicionais devido, sobretudo, as limitações técnicas que resultem em produtos com comprovada eficácia dentro das normas da ANVISA.

Quanto ao modo de preparo, o Gráfico 2 destaca as principais formas de preparo dos remédios caseiros apontadas pelo informantes.

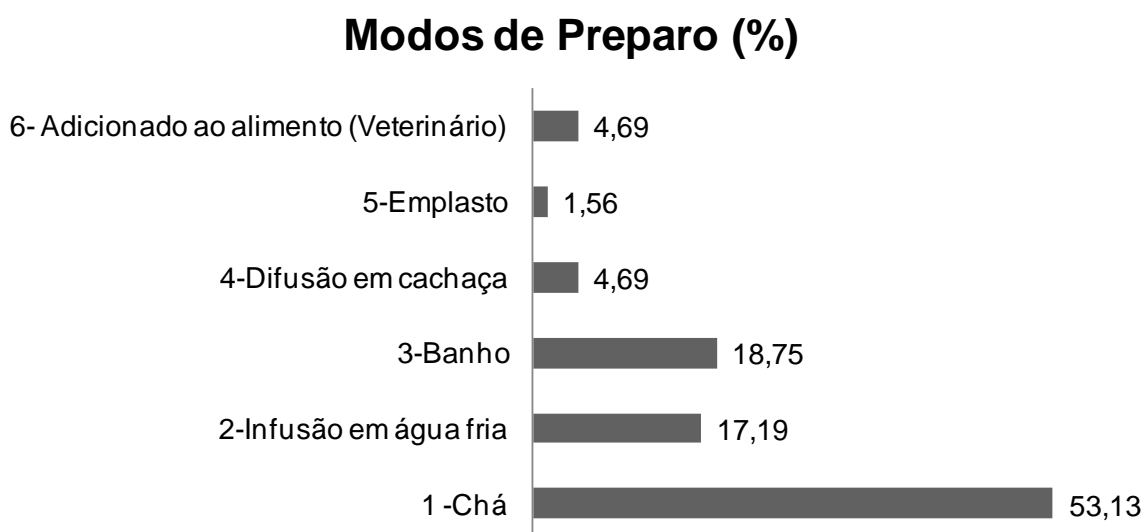


GRÁFICO 2 – Principais formas de preparo das plantas medicinais citadas em porcentagem

O chá foi a principal forma de preparo para o emprego de plantas medicinais no tratamento de saúde com (53,13%) das indicações do modo de preparo observado nas citações dos entrevistados. O mesmo foi observado por Gomes e Bezerra (2012), Pasa (2011), Oliveira e Menini Neto (2012), Zucchi *et al.* (2013). O principal modo de preparo do chá foi apresentado como infusão da planta em água quente, sendo a decocção indicada poucas vezes na utilização de cascas e raízes.

O Banho foi o modo de preparo em (18,75%) das formas empregadas. Neste aspecto, a utilização de banhos está fortemente relacionada ao uso ritualístico das plantas conforme se observou na indicação dos informantes para proteção, limpeza espiritual, afastar energias negativas e em rituais de religiões afro-brasileiras. Foram indicadas 11 espécies para banhos, destacando-se: *Schinus terebinthifolius* Raddi (Aroeira), *Casearia sylvestris* Sw. (São Gonçalinho) e *Ocimum gratissimum* Wild (Quiôô de Caboclo). Da Aroeira e do São Gonçalinho são utilizadas as folhas originárias do extrativismo local de PFNMs, espécies arbóreas comumente encontradas nesta localidade.

A infusão em água fria foi a terceira forma mais citada no preparo das plantas no tratamento da saúde, esta forma de preparo está intimamente relacionada à preservação dos princípios ativos de algumas plantas que sob aquecimento perdem seu potencial terapêutico, foram identificados juntamente com este modo de preparo a maior utilização de cascas comum na produção de garrafadas pela imersão destas em água, onde passam um período em torno de oito dias até o consumo, segundo os informantes

As árvores são o tipo de formação vegetal mais procurado, com destaque às espécies mais citadas neste trabalho: *Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville (Barbatimão), *Chinchona calisaya* Wild (Quina-Quina), *Bowdichia nitida* Benth. (Sucupira) e *Amburana cearensis* A. C. Smith (Imburana-de-Cheiro), seguido pelas espécies herbáceas (36%), muitas vezes citadas pelos informantes como ervas de chá, e por fim as espécies arbustivas (11%). A origem destes recursos vegetais (70%) são de origem do extrativismo e os (30%) restantes provêm de cultivo, sobretudo as herbáceas, conforme expuseram os informantes.

O extrativismo por meio do manejo inadequado dos recursos vegetais tem se tornado uma das causas da redução na disponibilidade de determinadas espécies nos ecossistemas naturais e da biodiversidade como reflexo do desequilíbrio ecológico (BORGES FILHO; FELFILI, 2003; CARMO *et al.*, 2010). Os dados apontam para esta realidade do uso das plantas medicinais e PFNMs originários do extrativismo. O Engenheiro Florestal, neste contexto, se apresenta como profissional capacitado para

realizar a gestão dos recursos vegetais por meio do manejo técnicas adequado visando a sustentabilidade destes recursos e pela criação de sistemas agroflorestais fornecendo contínua disponibilidade destes recursos e diversificando a produção.

Foi indicado, também, por alguns dos informantes que algumas espécies por eles comercializadas são compradas em mercados especializados na região de Feira de Santana e Ipirá demonstrando que algumas espécies não são retiradas da região do Recôncavo da Bahia, o que nos indica que a Região do Recôncavo também demanda a extração de produtos de outro bioma como a Caatinga, e que alguns vendedores destes produtos funcionam como intermediadores de produtos e saberes, algumas destas são: *Amburana cearensis* A. C. Smith (Imburana-de-cheiro), *Bowdichia nitida* Benth. (Sucupira), *Xylopia* sp. (Pindaíba). Dentre as espécies identificadas apenas uma se encontra ameaçada de extinção: *Amburana cearensis* A. C. Smith, devido principalmente à busca por sua madeira de alta qualidade para movelaria (MMA, 2008). Necessitando de maior atenção que as demais. Dentre as espécies citadas (46%) são arbóreas, conforme Gráfico 3, abaixo:

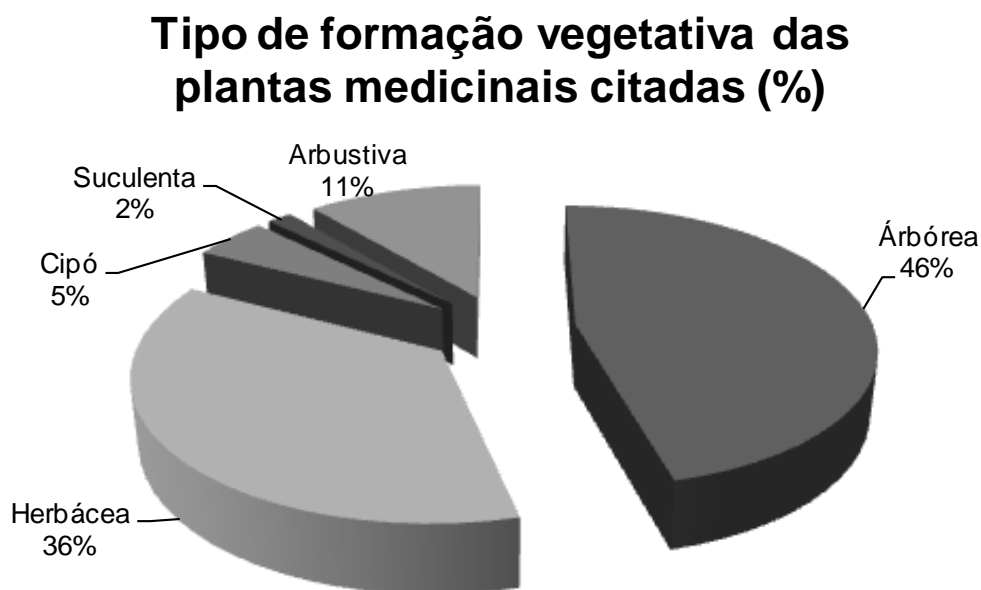


GRÁFICO 3 – Tipos de formação vegetativa das plantas medicinais citadas pelos informantes (%)

Segundo os informantes, unanimemente, a quase totalidade dos produtos são armazenados em sacos plásticos longe da umidade e vistoriados regularmente para verificar se há mofo, neste caso sendo descartados; com a exceção das mudas vivas vendidas em Cruz das Almas, que foi o único lugar onde foram encontradas mudas de

plantas medicinais sendo comercializadas. As principais espécies foram *Sambucus nigra* L. (Sabugueiro), *Iresine herbstii* Hook (Coração Magoado), *Mentha* sp. (Água de alevante).

O tipo de colheita e métodos empregados indicados pelos informantes são manuais com o auxílio de ferramentas: facão, foice, faca, enxada. Não foi apontado nenhum tipo de utilização mecanizada, apontando que a colheita destes produtos se faz de forma artesanal, corroborando o que se esperava diante da dificuldade de acesso aos equipamentos e orientação técnica para o manejo de baixo impacto.

Alguns dos entrevistados expuseram que a busca pelas espécies certas na natureza é uma atividade que demanda bastante conhecimento prático e tempo. Muitas espécies apresentam características similares e apenas pessoas com boa percepção e prática consegue distinguir corretamente entre uma e outra árvore no do campo. A respeito disto segue o relato de um dos informantes:

(...) quer dizer, hoje em dia vai ficando cada vez mais difícil porque o homem só quer saber de usura (...), o camarada sai pra procurar uma planta, uma casca, no mato e não encontra, e tem muita gente que não respeita que só quer saber do ganho (...) desde menino eu saia com meu pai para ir pra roça, ele trabalhava de vaqueiro e eu passava na estrada quebrando os galhos de mato, e ele me dizia que a natureza a gente respeita, que o remédio também está no mato, com ele eu aprendi prá mais de cinquenta tipos de remédios caseiros, e é isso que eu lhe digo, as pessoas precisam aprender a respeitar a natureza (...). (Informação verbal)⁶

Os principais problemas de saúde relacionados ao uso tradicional das plantas medicinais e PFNMs com finalidade medicinal relatados pelos informantes, encontram-se no Gráfico 4, abaixo:

⁶ Entrevista concedida pelo informante (Sertanejo, 60 anos), em 28/09/ 2013. Devido o excesso de ruído no local esta entrevista não pôde ser gravada em áudio.

Principais problemas de saúde relatados (%)

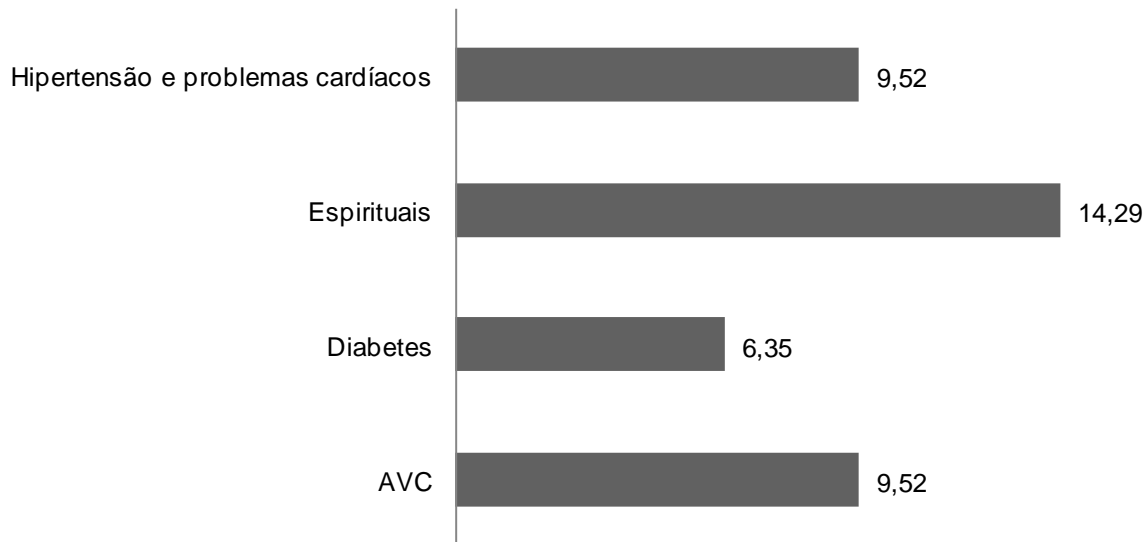


GRÁFICO 4 – Principais problemas de saúde associados ao uso etnobotânico, relatados (%).

Dentre os problemas de saúde, destacam-se os de origem espiritual apontados em (14,29%) das indicações associadas às espécies. Estes, em muitas situações são uma mistura complexa de elementos físicos (dores, debilidade, cansaço, tontura, palpitação cardíaca), emocionais e psicológicos (tristeza, angústia, ansiedade, sentimento de opressão), intimamente relacionados, sendo de grande dificuldade a distinção entre ambos e suas interferências, conforme relatado pelos informantes, apontando possivelmente para uma característica típica da cultura da região, que expressa grande importância dos problemas espirituais e místicos ligados ao material.

Os problemas relacionados ao sistema cardiovascular aparecem em segundo lugar associado ao AVC (Acidente Vascular Cerebral), ambos com (9,52%) das indicações de uso. Este aspecto é bastante interessante; segundo o Ministério da Saúde (MS) em 2012, os problemas cardiovasculares eram a principal causa de mortes no Brasil. Na Bahia, no mesmo ano o AVC foi apontado como a principal doença causadora de mortes, ambos intimamente relacionados ao hábito de vida do brasileiro e do baiano ligados à má alimentação e falta de atividades físicas regulares. Isso nos aponta que o conhecimento tradicional não é estagnado, mas que ele evolui junto com as pessoas e comunidades em suas necessidades.

Desta forma, imagina-se que as pessoas vão fazendo uso de novas plantas e de acordo com os benefícios ou malefícios obtidos, o conhecimento vai sendo fundamentado

e transmitido, constituindo-se em novo conhecimento tradicional ligado a uso dos recursos medicinais da flora. De forma similar, muitos medicamentos industrializados são introduzidos no mercado, validados por testes laboratoriais, após períodos de observação acompanhados pela farmacovigilância e utilizados por larga diversidade populacional, percebe-se a existência de contraindicações, efeitos colaterais e placebo em alguns pacientes, que não eram visualizados em outros, o que vem sendo objeto de investigação da farmacogenômica que tenta voltar a medicação com precisão qualitativa e quantitativa às especificidades de cada usuário.

Tabela 2 – Índices Botânicos e lista de imagens em anexo por espécie

Família	Nome Científico/ Estrato	Nome popular	Valor de Importância (VD_F)*	Valor de Consenso de uso (VCs)*	Valor de Diversidade da Família*	Anexo (Imagem)*
Adoxaceae	<i>Sambucus nigra</i> L. (Ar)	Sabugueiro	0,13	0,29	0,016	Figura 1
Amaranthaceae	<i>Iresine herbstii</i> Hook (Hb)	Coração Magoado	0,13	0,29	0,016	Figura 2
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> raddi (Ar)	Aroeira	0,25	0,57	0,016	Figura 3
Annonaceae	<i>Xylopia</i> sp. Mart. (Ar)	Pindaíba	0,25	0,57	0,016	Figura 4
Apiaceae	<i>Pimpinella anisum</i> L. (Hb)	Erva doce	0,13	0,29	0,016	Figura 5
Apocynaceae	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes (Ar)	Mangaba	0,13	0,29	0,016	Figura 6
Aristolochiaceae	<i>Aristolochia trilobata</i> L. (Cipó)	Milome	0,38	0,29	0,016	Figura 7
Asteraceae	<i>Matricaria recutita</i> L. (Hb)	Camomila	0,13	0,29	0,048	Figura 8
	Não identificação (Hb)	Folha de Ogum	0,25	0,57		Figura 9
	<i>Artemisia absinthium</i> L.	Losna	0,13	0,29		Figura 10
Bignoneaceae	<i>Anemopaegma glaucum</i> (Ar)	Pau-de-Resposta	0,38	0,86	0,032	Figura 11
	<i>Anemopaegma arvense</i> (Vell.) (Ar)	Catuaba	0,25	0,57		Figura 12
Cactaceae	<i>Hylocereus undatus</i> (Haw.) (Suc)	Mandacará três quinas	0,13	0,29	0,016	Figura 13
Celastraceae	<i>Maytenus illicifolia</i> Mart. ex Reiss. (Ab)	Espinheira Santa	0,50	1,14	0,016	Figura 14
Cochlospermaceae	<i>Cochlospermum regium</i> (Mart. ex Schrank) Pilger (Ab)	Algodão	0,13	0,29	0,016	Figura 15
Convolvulaceae	<i>Convolvulus operculatus</i> ; <i>Operculina Macrocarpa</i> (Linn) urb. (Hb)	Purga de Batata	0,13	0,29	0,032	Figura 16
	<i>Operculina alata</i> (Ham) Urban (Hb)	Batata de Teiú, Batatinha de Teiú	0,25	0,57		Figura 17

Continua...

Tabela 2 – Índices Botânicos e lista de imagens em anexo por espécie

Continuação...

Cucurbitaceae	<i>Luffa operculata</i> Cogn. (Hb)	Buchinha paulista	0,38	0,86	0,016	Figura 18
Cyperaceae	<i>Cyperus rotundus</i> L. (Hb)	Dandá, Dandá da Costa, Tiririca	0,13	0,29	0,016	Figura 19
Dipsacaceae	<i>Scabiosa</i> sp. (Ab)	Suspiro Branco	0,13	0,29	0,016	Figura 20
Equisetaceae	<i>Equisetum</i> spp. (Hb)	Cavalinha	0,13	0,29	0,016	Figura 21
Euphorbiaceae	<i>Croton</i> sp. (Hb)	Velaminho	0,25	0,57	0,032	
	<i>Croton</i> sp. (Hb)	Velame	0,13	0,29		
Fabaceae	<i>Bauhinia</i> sp. (Ar)	Pata de vaca	0,13	0,29	0,177	Figura 22
	<i>Bowdichia nitida</i> Benth. (Ar)	Sucupira	0,63	1,43		Figura 23
	<i>Bauhinia smilacina</i> (Schott) (Cipó)	Cipó-Escada de macaco	0,13	0,29		Figura 24
	<i>Erythrina mulungu</i> Mart. ex Benth (Ar)	Mulungu	0,38	0,86		Figura 25
	<i>Hymenaea courbaril</i> L. (Ar)	Jatobá	0,13	0,29		Figura 26
	<i>Amburana cearensis</i> A. C. Smith (Ar)	Imburana de cheiro	0,38	0,86		Figura 27
	<i>Dioclea violacea</i> Mart. ex Benth (Ar)	Olho-de-Boi	0,25	0,57		Figura 28
	<i>Mucuna pruriens</i> (Hb)	Café-Berão, Café-beirão, Mucunã	0,13	0,29		Figura 29
	<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville (Ar)	Barbatimão	0,50	1,14		Figura 30
	<i>Anadenanthera macrocarpa</i> (Benth.) Brenan (Ar)	Angico	0,13	0,29		Figura 31
	<i>Caesalpinia Pyramidalis</i> Tul. (Ar)	Caatinga de Porco	0,13	0,29		
Flacourtiaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw. (Ar)	São Gonçálinho	0,13	0,29	0,016	Figura 32
Lamiaceae	<i>Rosmarinus officinalis</i> L (Hb).	Alecrim	0,25	0,57	0,113	
	<i>Leonotis nepetifolia</i> (L.) R. Br. (Hb)	Cordão de São Francisco	0,13	0,29		Figura 33
	<i>Ocimum gratissimum</i> Wild (Hb)	Quiôô Caboclo	0,13	0,29		Figura 34

Continua...

Tabela 2 – Índices Botânicos e lista de imagens em anexo por espécie

Continuação...

Lamiaceae	<i>Plectranthus amboinicus</i> Lour (Hb)	Tapete de Oxalá	0,13	0,29	0,113	Figura 35
	<i>Mentha</i> sp. (Hb)	Água de Alevante	0,13	0,29		Figura 36
	<i>Origanum majorana</i> L. (Hb)	Manjerona	0,13	0,29		Figura 37
Lauraceae	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Blume. (Ar)	Canela	0,13	0,29		
Liliaceae	<i>Allium ampeloprasum</i> (Hb)	Alho Macho	0,13	0,29	0,016	Figura 38
Magnoliaceae	<i>Illicium verum</i> Hook. f. (Ar)	Anis estrelado	0,25	0,57	0,016	Figura 39
Malvaceae	<i>Sida cordifolia</i> L. (Hb)	Malva Branca	0,13	0,29	0,016	Figura 40
Melastomaceae	<i>Miconia albicans</i> (Sw) Trin. (Ab)	Canela de véio	0,13	0,29	0,016	
Monimiaceae	<i>Peumus boldus</i> Molina (Ab)	Boldo	0,13	0,29	0,016	Figura 41
Myristicaceae	<i>Myristica bicuhyba</i> Schott ex Spreng (Ar)	Noz Moscada	0,13	0,29	0,016	Figura 42
Phytolacaceae	<i>Petiveria alliacea</i> L. (Hb)	Guiné		0,29	0,016	
Poaceae	Não identificado (Hb)	Capim de Caboclo	0,25	0,57	0,016	Figura 43
Rubiaceae	<i>Chinchona calisaya</i> Wild (Ar)	Quina-Quina	0,63	1,43	0,032	Figura 44
	<i>Coffea arabica</i> L. (Ab)	Café-verde	0,13	0,29		Figura 45
Rutaceae	<i>Ruta graveolens</i> L. (Hb)	Arruda	0,13	0,29	0,032	Figura 46
Simaroubaceae	<i>Quassia amara</i> L. (Ar)	Pau-tenente	0,25	0,57	0,032	Figura 47
Solanaceae	<i>Solanum</i> sp. (Ar)	Cassutinga	0,38	0,86	0,032	Figura 48
Verbenaceae	<i>Vitex agnus castus</i> L. (Ab)	Alfazema	0,25	0,57	0,032	Figura 49
Não identificado	Não identificado (Cipó)	Cipó-alho	0,13	0,29		Figura 50
Não identificado	Não identificado	Pichilin	0,13	0,29		
Não Identificado	Não Indetificado (Hb)	Nego duro	0,13	0,29		Figura 51
Não identificado	Não identificado	Espinho cheiroso	0,13	0,29		Figura52
Não identificado	Não identificado	umbigo de índio	0,13	0,29		
Não identificado	Não identificado	Andiroba	0,13	0,29		

* Índices botânicos qualitativas de conhecimento e uso dos informantes propostos por Byg e Baslev (2001), adaptados em Anexo 4.

4.2 Aspectos Socioeconômicos

Durante todo o período de coleta de dados verificou-se grande procura por plantas pela população local, em geral do território do Recôncavo, e em menor grau por pessoas de outras localidades. Mais exatamente em Cachoeira, foi relatado pelo informante (Pai de Santo, 55 anos), que a procura por plantas medicinais e ritualísticas apresentava variações constantes, relacionada aos períodos do ano e às festas e meses religiosos, a economia em torno destes produtos também sofre significativa oscilação, a exemplo disso, em visita ao informante acima relatado em 13 de setembro de 2013, ao final do horário de trabalho o mesmo não havia realizado nenhuma venda. Contudo, quando questionado acerca da procura, e em que épocas do ano esta procura era maior, o mesmo relatou:

(...) tem época que é boa, tem época que não, como agora mesmo, eu sou mais procurado; (...) Em época de festa, São Cosme, São João, vem gente de fora pra comprar, vem gente do Rio de Janeiro, de São Paulo, e de fora do País também, agora assim, durante o ano vai variando também, inverno mesmo, tem mais gente procurando remédio pra gripe, tosse (...) mas sempre tem (...) (Informação Verbal)⁷

O mesmo foi relatado por outros informantes quando perguntados acerca da procura, e qual a percepção deles quanto à demanda destes produtos. Um dos informantes (Erva-doce, 35 anos), quando questionada acerca destas questões relatou: “(...) **eu acho pequena, devido assim, as pessoas não acreditarem e não ter o conhecimento (...)**” (Informação verbal)⁸ o mesmo foi apresentado pela informante (Criatividade, 43 anos) quando questionada sobre a demanda e as épocas do ano em que esta é maior, acrescentou: “(...) **olhe, geralmente no inverno tem algumas espécies que procuram mais, mas normalmente eu vendo bem (...)**” (Informação Verbal)⁹

Ficou evidenciado que existe demanda de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs (sementes, cascas, frutos) pelas populações locais. Um dos informantes

⁷ Entrevista concedida pelo informante (Pai de Santo, 55 anos) e gravada em áudio em 13/09/2013.

⁸ Entrevista concedida pela informante (Erva doce, 35 anos) e gravada em áudio em 12/09/2013.

⁹ Entrevista concedida pela informante (Criatividade, 43 anos) e gravada em áudio em 21/08/2013.

(Sertanejo, 60 anos)¹⁰, nos aponta: “(...) **Tem gente que encomenda sim, porque tem planta que é mais difícil de encontrar e nem sempre eu posso trazer tudo, não dá pra carregar, (...) às vezes alguém passa e pergunta se eu tenho uma casca, se eu não tiver no dia, na outra semana eu trago e ela vem buscar**”. Assim, existe o mercado que absorve a atividade destas pessoas e os mesmos se colocam em posição de importância semelhante com os demais feirantes que comercializam gêneros alimentícios.

Quando questionados da origem destes produtos, uma vez que havia demanda e a necessidade de abastecer estas pessoas, alguns informantes em Sapeaçu, Cruz das Almas e Cachoeira, indicaram que algumas espécies eram compradas na Região de Feira de Santana onde existem mercados especializados na venda destes produtos extraídos no Sertão, outros eram retirados por pessoas específicas, conhecidos, que pegavam nas matas, e apenas uma parcela era cultivada nos quintais dos informantes ou extraída por eles mesmos nas matas locais, e disponibilizados para a venda na feira.

A respeito do valor dos produtos comercializados, a média gira em torno de R\$2,00 com variação entre R\$1,00 – R\$5,00; quando questionados informaram que alguns produtos também são doados quando alguém pede, e que os mesmos ensinam remédios e tratamentos mesmo sem que seja cobrado algum valor, o que nos indica que o conhecimento tradicional, transmitido em conjunto com a venda das plantas e produtos vendidos, solicitados pelos consumidores, na sua maioria não segue uma lógica de mercado visando exclusivamente o lucro.

Foi possível verificar pela fala dos entrevistados que nesta atividade comercial as pessoas são vistas primariamente como seres humanos dependentes do conhecimento tradicional no uso destes recursos para tratamento de saúde e espirituais, sendo fonte de satisfação para os comerciantes a transmissão deste conhecimento. Conforme relata o informante (Pai de Santo, 55 anos): (...) **“Se alguém chega aqui e pede uma instrução, eu dou, eu aprendi muito com os outros e às vezes a pessoa não percebe o problema, nem sabe qual planta usar, como fazer, então se ela acreditar, ela usa e vai ver que funciona, depois eles passam aqui e contam que funcionou”** (...).

Os informantes expuseram que muitas pessoas chegam às bancas procurando indicação de tratamento de doenças, outros chegam e apenas perguntam pelas espécies

¹⁰ Entrevista concedida pela informante (Sertanejo, 60 anos) em 28/09/2013.

que desejam, demonstrando que certa parcela dos consumidores tem familiaridade com este conhecimento, e que desenvolveram hábito de utilização de plantas medicinais.

Foi questionado, também, a respeito do retorno financeiro e do custeio das necessidades pessoais que a atividade proporcionava. Dos oito entrevistados, seis afirmaram que o comércio de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs era sua única fonte de renda, porém os mesmos viviam em situação de economia familiar, sendo que outros familiares desempenhavam outras atividades de produção e comércio, assim os recursos eram divididos entre todos, na manutenção das despesas da família.

Dois dos informantes afirmaram que juntamente com a venda destes produtos medicinais, praticavam e agricultura e comercializavam objetos industrializados, como forma de diversificação da fonte de renda. Apontaram que a falta de conhecimento das pessoas impõe certo grau de temor no uso das plantas, o que reduz a chance de desenvolvimento da atividade, sendo necessário recorrer a outros meios.

Foi possível perceber durante as entrevistas que a comercialização de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs, nesta localidade, está fortemente relacionada à cultura das pessoas que a demanda. Embora, os valores praticados sejam relativamente baixos em comparação aos medicamentos industrializados, o uso de plantas medicinais ainda que em conjunto com medicação laboratorial, relatado pelos informantes, parece estar muito mais relacionado aos valores culturais, crenças e por uma visão de que o tratamento com plantas é mais saudável, do que aos benefícios econômicos exclusivamente. Embora, alguns informantes tenham salientado que as pessoas ficam satisfeitas em comprar medicamentos por menor preço, e que isso tem expressividade na economia do indivíduo e da família reduzindo os custos e permitindo o uso dos recursos financeiros para outras finalidades. Os mesmos indicaram em sua maioria que os resultados econômicos desta atividade são satisfatórios.

Quando questionados acerca da relação entre o consumo de plantas medicinais e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde públicos e privados, bem como ao acesso os medicamentos de laboratório, a resposta foi unânime. Embora reconhecendo a dificuldade no acesso aos serviços públicos de saúde, os informantes apontaram que a opção por plantas medicinais ainda que em conjunto fosse costume das pessoas, que as mesmas realizavam a prática de seus pais e transmitiam e incentivavam os filhos e netos ao uso destes recursos.

Foi interrogado, também, se os informantes tinha conhecimento do programa farmácia viva, como programa de assistência complementar à saúde, em implantação

pelo SUS em todo o território nacional, que visa a distribuição de fitoterápicos regulamentados pela ANVISA nas unidades de saúde públicas que fornecem medicamentos. Todos demonstraram desconhecimento do programa. O mesmo aconteceu em relação às normas de regulamentação da ANVISA sobre remédios fitoterápicos e plantas medicinais. Demonstrando possivelmente que nestas localidades ainda não houve implantação de tais programas.

Um fator de importância diz respeito ao autorreconhecimento deste saber tradicional. Quando perguntado a respeito do sentimento pessoal em prestar informações e orientações de tanta relevância às pessoas, todos os informantes afirmaram sentir satisfação pessoal e sentimento de felicidade em trabalhar com a venda destes produtos. Afirmaram ainda que embora muitas pessoas não acreditem e critiquem, sentem muito orgulho no que fazem. Dos oito entrevistados, (sete) afirmaram que desejariam ser reconhecidos como comerciantes e (um) como Pai de santo. Em média o tempo de atividade comercial nesta área foi em torno de (9,14 anos), com tempo mínimo para (03 anos) e máximo para (15 anos).

Acerca do significado do conhecimento tradicional na conservação e valoração dos recursos vegetais, os informantes apontaram que muitas vezes algumas espécies são indicadas e a valoração construída em cima dessa espécie impede, por exemplo, que ela seja cortada ou derrubada; que muitas pessoas cultivam em seus jardins plantas medicinais, promovendo a propagação e dispersão de espécies. Apontaram também que quem sabe colher os produtos na natureza não destrói a floresta ou a mata. Que as plantas foram dadas por Deus para o tratamento do homem, mas que a ganância é que causa a destruição.

5. CONCLUSÕES

Por meio deste estudo foi possível verificar a existência de 10 pessoas que utilizam e comercializam plantas medicinais, ritualística e PFNMs nas feiras livres e em casas de produtos religiosos em quatro, das seis cidades propostas para a investigação, contudo apenas 8 se dispuseram em participar da pesquisa. Nos municípios de São Félix e Governador Mangabeira não se verificou a comercialização destes produtos, indicando

possivelmente que a demanda destas localidades sejam abastecidas nos municípios limítrofes.

Verificou-se que a maioria das plantas e produtos é de origem do extrativismo (70%), e em grande parte são originárias do semiárido baiano, adquiridas por meio de compra na região de Feira de Santana, onde parece haver uma rede dispersora de plantas medicinais e PFNMs da Caatinga, segundo informações dos entrevistados. Esta rede distribuidora em Feira de Santana parece estar abastecida por meio de intermediadores que recebem o produto extraído de pessoas das regiões do semiárido. As demais plantas são extraídas na região do Recôncavo diretamente pelos informantes ou por coletores da região e algumas poucas são cultivadas e colhidas e colocadas à venda no comércio local. Conclui-se que existe uma rede regional de fornecimento de plantas medicinais, ritualísticas e PFNMs, ligando o Território Recôncavo da Bahia e outros territórios limítrofes, estimulada pela demanda local destes tipos de produtos.

Por meio da Tabela 1 foi possível listar as principais plantas citadas, partes utilizadas, modos de preparo e indicações, permitindo-se concluir que as espécies arbóreas são as mais demandadas (46%), herbáceas (36%) e arbustivas (11%). Em função da parte utilizada ser em preferência as folhas (33,33%) e em segundo lugar casca e sementes (13,89%), pode-se concluir que a atividade gera determinado grau de impacto no ambiente, sobretudo devido a retirada de casca e pela retirada de sementes, a exemplo disso temos a *Amburana cearensis* A. C. Smith (Imburana de Cheiro) que está listada entre as espécies ameaçadas de extinção; cuja extração acentuada, devido sobretudo a excelente qualidade de sua madeira, e para outras finalidades, por vezes sem métodos adequados, tem feito o número de indivíduos desta espécie apresentar redução considerável.

Existe necessidade de identificar os fornecedores destes recursos vegetais e promover atividades de acompanhamento e fornecimento de apoio financeiro e técnico para o cultivo de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, como garantia de manutenção dos recursos naturais e diminuir a intensidade de ação sobre as reservas naturais destes recursos.

A atividade comercial em torno do conhecimento tradicional do uso da flora medicinal tem significativo grau de expressividade na economia de muitas pessoas nesta localidade, embora os valores culturais locais se apresentem como a principal causa responsável pelo uso destes recursos. Verificou-se conforme o relato dos informantes que há grande procura pelos produtos, expressado em grande número de vendas.

O consumo de plantas medicinais e PFNMs não foram apresentados como alternativa que confronta a ineficiência da saúde pública nem mesmo da dificuldade ao acesso da saúde privada, diretamente, observado na fala dos entrevistados; os mesmos expuseram que se constitui hábito próprio aos habitantes destas localidades, muitas vezes sendo apontado o uso de plantas medicinais associadas aos medicamentos laboratoriais.

Contudo, percebeu-se a insatisfação pessoal dos informantes acerca do acesso aos serviços de saúde e mesmo da falta de adequação dos profissionais de saúde às singularidades destas populações, sobretudo rurais. Pode-se inferir que as causas para a utilização de plantas medicinais embora, culturalmente, esteja dissociada dos problemas relacionados ao acesso às instituições de saúde pública e privada, numericamente, encontra-se fortemente associada, indicando possivelmente uma procura crescente por produtos vegetais no tratamento de saúde em função do descrédito diante da eficiência e baixo alcance do atendimento destas instituições.

A grande expressividade de plantas e produtos utilizados para fins místicos e sobrenaturais permite concluir que a expressão dos valores simbólicos, místicos e religiosos nestas localidades remete ao uso dos recursos da flora para estas finalidades, responsável também por caracterizar formas de uso.

Acerca da comercialização de plantas ritualística, verificou-se que em Cachoeira e Cruz das Almas, há uma maior expressão de comércio destes produtos.

O valor associado à comercialização destes produtos em torno da média de R\$2,00, demonstrou-se bastante satisfatório pelos consumidores e parece atender as necessidades da maior parte dos informantes. Demonstrando-se mais próximo à realidade socioeconômica das populações das localidades investigadas. É possível inferir que o comércio de plantas medicinais participa de alguma espécie de economia solidária regional, sendo necessário maior estudo para compreensão destes fenômenos sociais.

Os representantes deste conhecimento tradicional demonstram satisfação pessoal na atividade, uma vez que ficou claro que além de comerciantes estas pessoas possuíam amplo conhecimento de utilização dos recursos. Os mesmos indicaram como características propensas à satisfação neste ramo: Solidariedade aos concidadãos na tentativa de resolução de seus problemas de saúde; prática de preços aceitáveis e aparentemente justos para os comerciantes e consumidores; aplicação e orientação no uso das plantas e produtos no tratamento do que se chama “mazelas espirituais” ou

“doenças espirituais” (Informação Verbal)¹¹ que não estão disponíveis nos serviços públicos; reconhecimento e procura por esta atividade pela população local; experiências proporcionadas pela troca de saber e resultados financeiros. Infere-se que a atividade proporciona satisfação e tranquilidade aos comerciantes e consumidores.

De forma geral, pode-se concluir que no Território Recôncavo da Bahia, dentre os municípios amostrados, existe similaridade no hábito e apreço pelo uso de plantas medicinais, ritualística e PFNMs, embora não tenha sido encontrada atividade comercial destes produtos em todos os municípios, é incontestável a existência de atividade comercial neste ramo. Os produtos não são exclusivamente originários deste território, apontando para comunicação com territórios limítrofes. A atividade perdura desde tempos antigos, o que nos indica que a etnobotânica de plantas medicinais e PFNMs possui raiz cultural dos povos destas localidades, constituindo-se patrimônio imaterial destes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante à existência de uma rede distribuidora de plantas medicinais e PFNMs de outras regiões limítrofes ao território do Recôncavo, se faz necessário investigar a fonte destes produtos e identificar os fornecedores e as formas de obtenção destes recursos.

A coleta de material botânico de qualidade para a construção de chaves de identificação e herborização se torna outra necessidade que demandaria atividades de pesquisa participante junto aos extratores destes recursos.

O trabalho foi extremamente satisfatório, permitindo compreender as dimensões culturais e sociais ligadas ao uso tradicional dos recursos vegetais, compreensão fundamental para a formação profissional humanizada e voltada para a melhoria da sociedade.

¹¹ “mazelas espirituais” ou “doenças espirituais” referem-se aos problemas relacionados ao estado espiritual dos indivíduos, por meio de atividade de entidades sobrenaturais e fluxo energético negativo que atinge expressão no estado de saúde física destas pessoas. Entrevista concedida por (Pai de Santo, 55 anos) em 13/09/2013.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIFISA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DO SETOR DE FITOTERÁPICOS, SUPLEMENTO ALIMENTAR E DE PROMOÇÃO DA SAÚDE – ABIFISA. **Introdução**. 2007. Disponível em: < [TTP://www.abifisa.org.br](http://www.abifisa.org.br)>. Acesso em: 30/07/2013.

ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução à Etnobotânica**. 2 ed. Rio de Janeiro, Interciência. 2005.

ALEXIADES, M. **Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual**. New York, New York Botanical Garden. 1996.

ALMEIDA, M. D.; PENA, P. G. L. Feira livre e risco de contaminação alimentar: estudo de abordagem etnográfica em Santo Amaro, Bahia. **Rev. Baiana de Saúde Públ.** Salvador, v. 35, n. 1, p. 110-127, jan./mar. 2011. Disponível em: < [TTP://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/viewFile/777](http://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/viewFile/777)>. Acesso em: 15/09/2013.

ALMEIDA, M. Z. Plantas medicinais. 3 ed. Salvador: EDUFBA. 2011. Disponível em:< [TTP ://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5376/1/Plantas_medicinais_3ed_RI.pdf](http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5376/1/Plantas_medicinais_3ed_RI.pdf)>. Acesso em: 17/10/2013.

ALMEIDA, S. M.; FRANCHIN, A. G.; MARÇAL JÚNIOR, O. Etnoornitologia no distrito rural de Florentina, município de Araguari, Triângulo Mineiro, MG. **Revista Sitientibus Série Ciências Biológicas**, v. 6 (Etnobiologia), p. 26-36. 2005. Disponível em:< [TTP://www.lorb.ib.ufu.br/](http://www.lorb.ib.ufu.br/)>. Acesso em: 15/09/2013.

ALVES, R. R. da N.; SILVA, C. C. da; ALVES, H. da N. Aspectos sócio-econômicos do comércio de plantas e animais medicinais em área metropolitanas do Norte e Nordeste do Brasil. **Rev. de Biol. e Ciên. Da Terra**, v. 8, n. 1, pp. 181-189. Jan./jun. 2008. Disponível em: < [TTP://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50080120](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50080120)>. Acesso em: 15/09/2013.

ALVES, R. R. N.; ROSA, I. L. Zotherapy goes to town: The use of animal-based remedies in urban areas of NE and N Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 113, p. 541-555. 2007. Disponível em: < [TTP://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378874107003558](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378874107003558)>. Acesso em 15/09/2013.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Medicamentos Fitoterápicos**. 2013. Disponível em: < [TTP://portal.anvisa.gov.br/wps/content/](http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/)>

anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Medicamentos/Assunto+de+Interesse/Medicamentos+fitoterapicos>. Acesso em: 15/09/2013

BADKE, M. R. **Conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais e o cuidado de enfermagem**. 96 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciência da Saúde, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008. Disponível em: < [TTP://coral.ufsm.br/ppgenf/dissertacoes2008/MARCIO_ROSSATO_BADKE.pdf](http://coral.ufsm.br/ppgenf/dissertacoes2008/MARCIO_ROSSATO_BADKE.pdf)>. Acesso em 22/09/2013.

BADKE, M. R. et al. Popular knowledge and practices regarding healthcare using medicinal plants. **Texto contexto – enferm**. Florianópolis, v. 21, n.2, pp. 363-370 abr./jun. 2012. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/tce/v21n2/en_a14v21n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n2/en_a14v21n2.pdf)>. Acesso em: 06/07/2013.

BARRERA, A. La Etnobotânica. In: BARRERA, A. **La Etnobotânica: três pontos de vista e uma perspectiva**. Xalapa, México: Instituto de Investigación sobre Recursos Bióticos, 1979. P. 19-25.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Ed. HUCTEC, 1993.

BISHT, A. K.; BHATT, A.; RAWAL, R. S.; DHAR, U. Prioritization and conservation of Himalayan medicinal plants: *Angelica glauca* Edgew. As a case study. **Ethnobotany Research & Applications**, v. 4, p. 011-023, 2006.

BORGES FILHO, H. C.; FELFILI, J. M. Avaliação dos níveis de extrativismo da casca de barbatimão [*Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville] no Distrito Federal, Brasil. **Rev. Árvore**, Viçosa, v. 27, n. 5, Set./Out. 2003. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/rarv/v27n5/a16v27n5.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rarv/v27n5/a16v27n5.pdf)>. Acesso em: 20/10/2013.

BRANDÃO, M. de A. (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BRANDÃO, M. de A. Os vários recôncavos e seus riscos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, v. 1, n. 1, p.53-56, 2007. Disponível em: < [TTP://www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n01/pdf/brandao.pdf](http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n01/pdf/brandao.pdf)>. Acesso em: 22/09/2013.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Dicionário. 2013. Disponível em: < [TTP://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/inforoyalties_.htm](http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/inforoyalties_.htm)>. Acesso em 22/09/2013.

BRUHN, J. G.; HOLMSTEDT, B. "Ethnopharmacology, objectives, principles and perspectives". In: Natural products as medicinal agents. Stuttgart: Hippokrates, 1982.

BYG, A.; BASLEV, H. Diversity and use of palms in Zahamena, eastern Madagascar. *Biodiversity & Conservation* 10:951-970. 2001.

CABALLERO, Javier. La Etnobotânica. In: BARRER, A. (Ed.). La Etnobotânica: TTP puntos de vista y uma perspectiva. Xalapa: Instituto de Investigación sobre Recursos Bióticos, 1979. P. 27-30.

CALLAWAY, J. C.; M. M. AIRAKSINEN; D. J. MCKEENNA; G. S. BRITO & C. S. GROB. Platelet serotonin uptake sites increased in drinkers of yahuasca. *Psychopharmacology*, v. 116, p. 385-387. 1994.

CARMO *et al.* Extração da casca de *Rhizophora mangle* L.: Alterações na estrutura da vegetação. *Rev. da Gestão Costeira Integrada*, n. esp. 2, p. 1-7, 2010. Disponível em: < [TTP://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgcimang67_Carmo.pdf](http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgcimang67_Carmo.pdf)>. Acesso em: 16/10/2013.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção nos trópicos. São Paulo: Annablume/NUPAUB/HUCITEC: 2000. P. 165-182.

CHAVES, E. M. F.; BARROS, R. F. M. Diversidade e uso de recursos medicinais do carrasco na APA da Serra da Ibiapaba, Piauí, Nordeste do Brasil. *Rev. TTP. Plantas med.* Botucatu, v. 14, n. 3, pp. 476-486. 2012. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/rbpm/v14n3/09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbpm/v14n3/09.pdf)>. Acesso em: 03/07/2013.

COELHO, S. R. Levantamento de plantas medicinais em comunidades de Rio Novo do Sul, Iconha, Itapemirim e Cahoeiro de Itapemirim. In: ENCONTRO SOBRE PLANTAS MEDICINAIS, 1., 1989, Rio Novo do Sul. *Anais*. Vitória: EMATER- ES/ MEPES, 1989. P.13-27.

CORRÊA, C. C.; ALVES, A. F. Plantas medicinais como alternativa de negócios: caracterização e importância. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLVI., 2008, Rio Branco. *Anais XLVI Congresso da SOBER*. Rio Branco: SOBER, 2008. P. 189-207. Disponível em: < [TTP://www.sober.org.br/palestra/9/418.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/9/418.pdf)>. Acesso em: 15/09/2013.

COSTA, P. R. R. Produtos naturais como ponto de partida para a descoberta de novas substâncias bioativas: Candidatos a fármacos com ação antiofídica, anticâncer e antiparasitária. *Rev. Virt. De Quim.* Rio de Janeiro. V. 1, n. 1, 02 fevereiro 2009.

Disponível em: < [TTP://www.uff.br/RVQ/index.php/rvq/article/viewArticle/21/61](http://www.uff.br/RVQ/index.php/rvq/article/viewArticle/21/61)>. Acesso em: 15/09/2013.

CUNHA, M C. da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, São Paulo, n.75, p. 76-84, set./ TT. 2007. Disponível em: < [TTP://www.usp.br/revistausp/75/08-manuelacarneiro.pdf](http://www.usp.br/revistausp/75/08-manuelacarneiro.pdf)>. Acesso em: 15/09/2013.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Brasília: UnB, 1985

ELISABETSKY, E. Etnofarmacologia. *Cienc. Cult.* São Paulo, v.55, n.3, pp. 35-36, Set. 2003. Disponível em: < [TTP://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n3/a21v55n3.pdf](http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n3/a21v55n3.pdf)>. Acesso em: 15/09/2013.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Recursos Genéticos e Biotecnologia. Biblioteca virtual da Embrapa. Disponível em: < [TTP://www.cenargen.embrapa.br/_tt/tt04_07plantasm.html](http://www.cenargen.embrapa.br/_tt/tt04_07plantasm.html)>. Acesso em: 30/07/2013.

FARNSWORTH, N. R.; AKERELE, O.; BINGEL, A. S.; SOEJARTO, D. D.; GUO, Z. Medicinal plants in therapy. *Bull. W. H. O.* v. 63, p. 965-981. 1985.

FERREIRA, S. H. (Org.). **Medicamentos a partir de plantas medicinais no Brasil**. Rio de Janeiro: ABC, 1998. 132p.

FLORENTINO, A. T. N.; ARAUJO, E. de L.; ALBUQUERQUE, U. P. de. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. *Acta Bot. Bras.*, São Paulo, v. 21, n. 1, pp 37-47. Mar. 2007. Disponível em < [TTP://www.scielo.br/pdf/abb/v21n1/05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/abb/v21n1/05.pdf)>. Acesso: 22/09/2013.

GALLOIS, D. T. Sociedades indígenas em novo perfil: Alguns desafios. Travesía. *Revista dos Migrantes*. v. 13, n. 36, Janeiro-abril. P. 5-10. 2000

GOMES, T. B.; BANDEIRA, F. P. S. de F. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola no Raso da Catarina, Bahia. *Acta Bot. Bras.* Feira de Santana, v. 26, n.4, pp. 796-809, Out./dez 2012. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/abb/v26n4/09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/abb/v26n4/09.pdf)>. Acessado em: 03/07/2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: < [TTP://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=29&search=bahia](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=29&search=bahia)>. Acesso em: 22/09/2013.

LIMA, W. C. R. Saber tradicional: suporte para o exercício da territorialidade de uma comunidade no estuário amazônico. *Rev. Ensaio Geral*. Belém, v.1, n.1, jan.-jun. 2009.

Disponível em: < [TTP://www.revistaeletronica.ufpa.br/index.php/ensaio_geral/article/viewFile/102/32](http://www.revistaeletronica.ufpa.br/index.php/ensaio_geral/article/viewFile/102/32)>. Acesso em: 15/09/2013.

MACHADO, L. H. B. As representações entremeadas no comércio de plantas medicinais em Goiânia/GO: uma reflexão geográfica. **Soc. TT**. Uberlândia, v. 21, n. 1, pp. 159-172. Abr. 2009. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/sn/v21n1/v21n1a11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sn/v21n1/v21n1a11.pdf)>. Acesso em: 06/07/2013.

MACIEL, M. R. A.; GUARIM NETO, G. Um olhar sobre as benzedadeiras de Juruena (Mato Grosso, Brasil) e as plantas usadas para benzer e curar. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** Belém, v. 1, n. 3, pp. 61-77. Set./Dez. 2006. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v1n3/v1n3a03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v1n3/v1n3a03.pdf)>. Acesso em: 04/07/2013.

MAIOLI-AZEVEDO, V.; FONSECA-KRUEL, V. S. da. Plantas medicinais e ritualísticas vendidas em feiras livres no Município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil: estudo de caso nas zonas Norte e Sul. **Acta Bot. Bras.**, São Paulo, v. 21, n. 2, Abr./Jun. 2007. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/abb/v21n2/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/abb/v21n2/02.pdf)>. Acesso em: 15/09/2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário. 2006**. Disponível em: < [TTP://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf)>. Acesso em: 22/09/2013.

MELO, J. G. de. **Controle de qualidade e prioridades de conservação de plantas medicinais comercializadas no Brasil**. 96 f. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Departamento de Biologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em: < [TTP://www.pgb.ufrpe.br/doctos/Dissertacao_Joabe_Gomes_de_melo.pdf](http://www.pgb.ufrpe.br/doctos/Dissertacao_Joabe_Gomes_de_melo.pdf)>. Acesso em: 15/09/2013

MIRANDA, C. do C.; JORDÃO, M. Saberes tradicionais: alternativas para a sustentabilidade das práticas agrícolas na perspectiva dos índios Terena de Mato Grosso do Sul. **Rev. Tellus**. Campo Grande, v. 5, n. 8/9, p. 165-173, abr./out. 2005. Disponível em: [TTP://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus8_9/TL8e9_Claudionor_do_Carmo_Miranda_Miguel_Jord%3oi.pdf](http://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus8_9/TL8e9_Claudionor_do_Carmo_Miranda_Miguel_Jord%3oi.pdf)>. Acesso em: 15/09/2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção**. 2008. Disponível em: < [TTP://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/83_19092008034949.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/83_19092008034949.pdf)>. Acesso em: 02/10/2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Manejo Florestal Sustentável: Produtos madeireiros e não madeireiros**. 2013. Disponível em:

< [TTP://www.mma.gov.br/florestas/manejoflorestalsustent%C3%A1vel/produtos-madeireiros-e-n%C3%A3o-madeireiros](http://www.mma.gov.br/florestas/manejoflorestalsustent%C3%A1vel/produtos-madeireiros-e-n%C3%A3o-madeireiros)>. Acesso em: 30/07/2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Primeiro relatório nacional para a conservação sobre diversidade biológica. Brasil. Brasília, 1998

MONTANARI JÚNIOR, I. **Aspectos da produção comercial de plantas medicinais nativas**. Campinas: CPQBA-UNICAMP, 2002. 7p. Disponível em:
< [TTP://www.cpqba.unicamp.br/plmed/artigos/producao.htm](http://www.cpqba.unicamp.br/plmed/artigos/producao.htm)>. Acesso em: 15/09/2013

MS. Ministério da Saúde. Dispõe sobre Portaria 971, DE 3 DE MAIO DE 2006. Aprova a Política Nacional Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, n.84, 2006.

MS. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 136 p. Disponível em: < [TTP://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/plantas_medicinais.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/plantas_medicinais.pdf)>. Acesso em: 22/09/2013.

OLIVEIRA *et al.* Uma análise etnobotânica, etnofarmacológica e química de plantas medicinais comercializadas em Amargosa – BA. In: Encontro de Química da Bahia. 4. 2010, Barreiras. **Anais**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2010.

OLIVEIRA *et. al.* Variabilidade genética de populações de fava d'anta (*dimorphandra mollis*) da região norte do estado de minas gerais. **R. Árvore**, Viçosa-MG, v.32, n.2, p.355-363, 2008. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/rarv/v32n2/a18v32n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rarv/v32n2/a18v32n2.pdf)>. Acesso em: 15/09/2013.

OLIVEIRA, E. R.; MENINI NETO, L. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais utilizadas pelos moradores do povoado de Manejo, Lima Duarte – MG. **Rev. TTP. Plantas med.** v. 14, n. 2, pp. 311-320, 2012. Disponível em:
< [TTP://www.scielo.br/pdf/rbpm/v14n2/10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbpm/v14n2/10.pdf)>. Acesso em: 03/07/2013.

OLIVEIRA, F. C. de *et al.* Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta Bot. Bras.** V. 23, n. 2, pp. 590-605, 2009. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/abb/v23n2/v23n2a31.pdf](http://www.scielo.br/pdf/abb/v23n2/v23n2a31.pdf)>. Acesso em: 04/07/2013.

OMS. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Estrategia de T OMS sobre medicina tradicional 2002-2005. Genebra, 2003. 67 p.

PASA, Maria Corette. Saber local e medicina popular: a etnobotânica em Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** Belém , v. 6, n.1, pp. 179-

196. Jan-Abr 2011. Disponível em:

< [TTP://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a11v6n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a11v6n1.pdf)>. Acesso em: 31/07/2013.

PATZLAFF, R. G.; PEIXOTO, A. L. A pesquisa em etnobotânica e o retorno do conhecimento sistematizado à comunidade: um assunto complexo. **Hist. Cienc. TTP - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, pp. 237-246. Jan./Mar. 2009. Disponível em: [TTP://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n1/14.pdf](http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n1/14.pdf)>. Acesso em: 04/07/2013.

PEDRÃO, F. Novos e velhos elementos da formação social do recôncavo da Bahia de todos os santos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, v. 1, n. 1, p.8-22, 2007. Disponível em: < [TTP://fernandopedrao.com.br/sites/default/files/books/fernando_pedrao_formacao_social_do_reconcavo.pdf](http://fernandopedrao.com.br/sites/default/files/books/fernando_pedrao_formacao_social_do_reconcavo.pdf)>. Acesso em 22/09/2013.

PINHO, A. N.; NASCIMENTO J. M.; SANTOS F. J. L. dos; CONCEIÇÃO G. M. Aspectos da comercialização de plantas medicinais por “raizeiros” no município de Caxias, Maranhão. **Rev. de Biol. e Farm.** Campina Grande, v. 8, n. 2, p. 27-34, 2012. Disponível em: < [TTP://sites.uepb.edu.br/biofar/download/v8n2-2012/ASPECTOS%20DA%20COMERCIALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20PLANTAS%20MEDICINAIS%20POR%20%E2%80%9CRAIZEIROS.pdf](http://sites.uepb.edu.br/biofar/download/v8n2-2012/ASPECTOS%20DA%20COMERCIALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20PLANTAS%20MEDICINAIS%20POR%20%E2%80%9CRAIZEIROS.pdf)>. Aces-so em: 15/09/2013.

PINTO, A. C. *et al.* Produtos naturais: atualidade, desafios e perspectivas. **Quím. Nova**, São Paulo. V. 25, supl. 1, pp. 45-61. Maio 2002. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/qn/v25s1/9413.pdf](http://www.scielo.br/pdf/qn/v25s1/9413.pdf)>. Acesso: 15/09/2013.

REZENDE, E. A.; RIBEIRO, M. T. F. Conhecimento tradicional, plantas medicinais e propriedade intelectual: biopirataria ou bioprospecção?. **Rev.bras.pl.med.**, Botucatu, v. 7, n. 3, p. 37-44, 2005. Disponível em: < [TTP://www.sbpmed.org.br/download/issn_05_3/artigo6_v7_n3.pdf](http://www.sbpmed.org.br/download/issn_05_3/artigo6_v7_n3.pdf)>. Acesso em: 22/09/2013.

RODRIGUES, A. C. C.; GUEDES, M. L. S. Utilização de plantas medicinais no Povoado Sapucaia, Cruz das Almas – Bahia. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v.8, n.2, p.1-7, 2006. Disponível em: < [TTP://www.sbpmed.org.br/download/issn_06/artigo1_v8_n2.pdf](http://www.sbpmed.org.br/download/issn_06/artigo1_v8_n2.pdf)>. Acesso em: 15/09/2013.

SANTILLI, J. **Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade: Elementos para a Construção de um Regime Jurídico Sui Generis de Proteção**. In: VARELLA, Marcelo Dias & BARROS-PLATIAU, Ana Flávia (Org.). Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais (Coleção Direito Ambiental, 2). Ed. Del Rey: Belo Horizonte, 2004.

SANTOS, J. P. dos; FERREIRA, L. M. R. Plantas medicinais e ritualísticas comercializadas em mercados e feiras livres em Juazeiro do Norte, CE, Brasil. In:

Congresso de Ecologia do Brasil, 9., 2009. São Lourenço. **Anais**. São Paulo: Sociedade de Ecologia do Brasil, 2009.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS-OLIVEIRA, R.; COULAUD-CUNHA, S.; COLACO, W. Revisão da *Maytenus ilicifolia* Mart. Ex Reissek, Celastraceae. Contribuição ao estudo das propriedades farmacológicas. **Rev. TTP. Farmacogn.**, João Pessoa, v. 19, n. 2b, Apr./June 2009. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/rbfar/v19n2b/a25v192b.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v19n2b/a25v192b.pdf)>. Acesso em: 19/10/2013.

SCHEFFER, M. C.; MING, L. C.; ARAUJO, A. J. Conservação de recursos genéticos de plantas medicinais. In: QUEIROZ, M. A.; GOEDERT, C. O.; RAMOS, S. R. R. **Recursos Genéticos e melhoramento de plantas para o nordeste brasileiro Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**. Acesso em 08/05/2008. Disponível em: < [TT.cpatsa.embrapa.br/catalogo/livrorg/medicinaisconservacao.pdf](http://tt.cpatsa.embrapa.br/catalogo/livrorg/medicinaisconservacao.pdf)>. Acesso em 15/09/2013.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Mapa Território de Identidade 21: Recôncavo da Bahia 2007**. Disponível em: < [TTP://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/pdf/reconavo.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/pdf/reconavo.pdf)>. Acesso em: 30/07/2013.

SILVA, *et al.* **Levantamento Etnofarmacológico em Comunidades Rurais do Recôncavo da Bahia/BA**. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 4., 2009, Curitiba; Congresso Latino Americano de Agroecologia, 2., 2009, Curitiba. **Anais**. Curitiba, Sociedade Brasileira de Agroecologia, 2009. P. 678-682. Disponível em: < [TTP://www.diadecampo.com.br/arquivos/materias/%7B4BFE4525-0A4E-4A99-8C59-E124A2A2D80F%7D_2520.pdf](http://www.diadecampo.com.br/arquivos/materias/%7B4BFE4525-0A4E-4A99-8C59-E124A2A2D80F%7D_2520.pdf)>. Acesso em: 15/09/2013.

SOUSA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971.

SOUZA, T. M. *et al.* Avaliação da atividade anti-séptica de extrato seco de *Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville e de preparação cosmética contendo este extrato. **Rev. TTP. Farmacogn.**, João Pessoa, v. 17, n. 1, Mar. 2007. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/rbfar/v17n1/a15v17n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v17n1/a15v17n1.pdf)>. Acesso em: 19/10/2013.

TEIXERIA, D.C. *et al.* Uso e manejo de plantas ritualísticas na comunidade do santo daime em Galdinópolis, Nova Friburgo/RJ, **Brasil. Rev. de Ciên. Da Vida**. Rio de Janeiro, EDUR, v. 28, n. 2, p. 63-74, jul-dez, 2008.

TERRA ECONOMIA. **Plantas medicinais têm potencial inexplorado no Brasil.** Maio/2013. Disponível em: < [TTP://economia.terra.com.br/brasil-rural/plantas-medicinais-tem-potencial-inexplorado-nobrasil,7e8db8ecfe0fe310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html](http://economia.terra.com.br/brasil-rural/plantas-medicinais-tem-potencial-inexplorado-nobrasil,7e8db8ecfe0fe310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html)>. Acesso em: 30/07/2013.

TOMAZZONE, M. I.; NEGRELLE, R. R.; CENTA, M. L. Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêutica. **Rev. texto contexto**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 115-21, Fev. 2006. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/tce/v15n1/a14v15n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n1/a14v15n1.pdf)>. Acesso em 13//09/2013.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007 . Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a12v2263.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a12v2263.pdf)>. Acesso em: 18/10/2013.

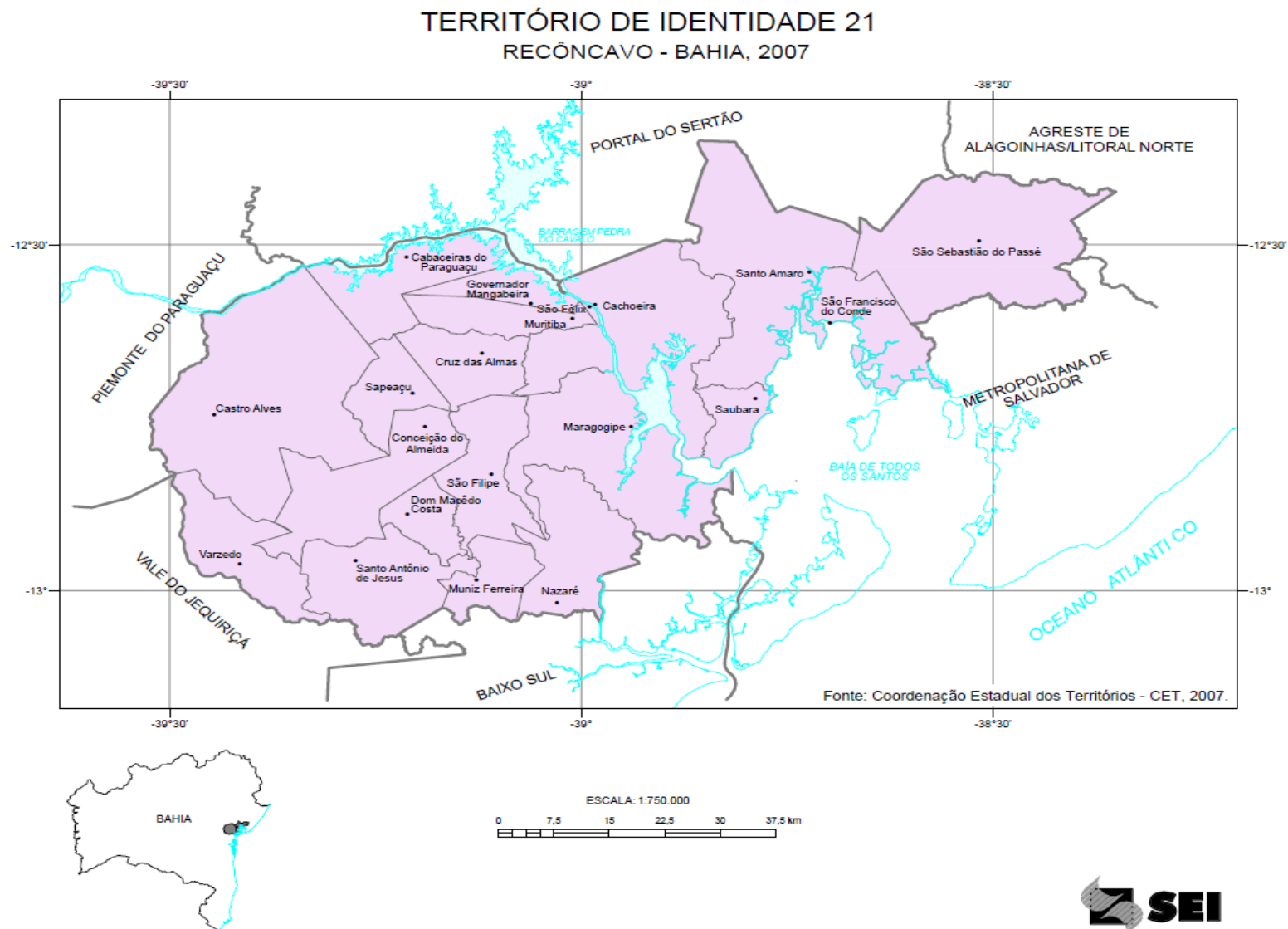
VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. **Ambient. Soc.**, Campinas , v. 2, n. 5, pp. 241-244, Dez. 1999. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a21.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a21.pdf)>. Acesso em: 03/09/2013.

ZUCCHI, M. R. *et al.* Levantamento etnobotânico de plantas medicinais na cidade de Ipameri – GO. **Rev. TTP. Plantas med.** v. 15, n. 2, pp. 273-279, 2013. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/rbpm/v15n2/16.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbpm/v15n2/16.pdf)>. Acesso em: 03/07/2013.

ZUCHIWSCHI *et al.* Limitações ao uso de espécies florestais nativas pode contribuir com a erosão do conhecimento ecológico tradicional e local de agricultores familiares. **Acta Bot. Bras.** São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 270-282. 2010. Disponível em: < [TTP://www.scielo.br/pdf/abb/v24n1/29.pdf](http://www.scielo.br/pdf/abb/v24n1/29.pdf)>. Acesso em: 04/07/2013

ANEXOS

ANEXO 1



MAPA 1 – Mapa do Território de Identidade 21 – Recôncavo da Bahia
 FONTE: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – (SEI, 2007)

ANEXO 2

Quadro 3 - Modelo reduzido de quadro para coleta de informações etnobotânicas utilizados neste trabalho.

Dados informativos	Tipo de vegetação: Herbácea (Hb) Arbórea (Ar) Arbustiva (Ab)	Fonte: Extrativismo (Ext) Cultivo (Ct); intermediador.	Modo de Uso: Chá, emplasto, decoção, infusão, etc.	Parte Utilizada: Folha, casca, raízes, etc.	Indicações de Tratamento Para quais problemas de saúde ou utilidades	Tipo de colheita (manual, mecanizada)	Armazenamento	Outras informações EX: Preço
Município:				Informante:				

ANEXO 3

Quadro 4 – Roteiro de entrevista para identificação dos aspectos socioeconômicos e culturais do comércio e utilização de plantas medicinais e PFNMs neste trabalho

Roteiro de entrevista Nº:	Localidade: Informante:
1) Os produtos na banca são exclusivos para comercialização ou servem também para doação e uso pessoal? Em que casos?	
2) Qual a procura por plantas medicinais e produtos pela população local? As pessoas encomendam? Existem produtos mais difíceis de serem vendidos?	
3) Qual a sua percepção da importância do uso de plantas medicinais e PFNMs na economia familiar dos indivíduos que procuram estas plantas como forma de tratamento de saúde? E na sua economia, qual o significado econômico da comercialização destes produtos?	
4) Ao seu ver qual o significado que o uso destas plantas representa na cultura das pessoas que consomem, e na sua própria?	
5) Qual o significado, ao seu ver, da relação entre a procura por suas indicações e o uso destas plantas com a dificuldade ao acesso dos serviços de saúde e medicamentos públicos e particulares.	
6) Você acha que o custo em média dos produtos que você comercializa é justo, os consumidores reclamam?	
7) Acerca do seu sentimento pessoal neste saber tradicional e nesta atividade, como você se sente? Como você prefere ser reconhecido?	
8) Na sua visão, qual a importância do seu conhecimento e trabalho para a conservação da natureza?	
9) Há quanto tempo em média trabalha neste ramo, e como formou este conhecimento?	

ANEXO 4 – Índices botânicos qualitativos de conhecimento e uso dos informantes por Byg e Baslev (2001), adaptadas

Índices	Fórmula	Cálculos	Descrição
Valor de importância (VI_s)	$VI_s = (n_{is}/n)$	n_{is} = número de informantes que citaram a espécie s , dividido pelo número total de informantes (n)	Mensura a proporção de informantes que consideram uma espécie como a mais importante.
Valor de diversidade da família (VD_F)	$VD_F = U_{fx}/U_{ft}$	Número de espécies citadas para a família f (U_{fx}) dividido pelo número total de espécies citadas para todas as famílias (U_{ft})	Mensura a importância das famílias e como elas contribuem para o valor local.
Valor de consenso de uso (VC_s)	$VC_s = (2 * n_s/n) - 1$	Duas vezes o número de informantes que citaram a espécie (n_s) dividida pelo número total de usos (U_t)	Mensura a importância de utilização de uma espécie e como elas contribuem para o valor local

ANEXO 5



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 10



Figura 9



Figura 11



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16



Figura 18



Figura 17



Figura 19



Figura 20



Figura 21



Figura 22



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26



Figura 27



Figura 28



Figura 29



Figura 30



Figura 31



Figura 32



Figura 33



Figura 34



Figura 35



Figura 36



Figura 37



Figura 38



Figura 39



Figura 40



Figura 41



Figura 42



Figura 43



Figura 44



Figura 45



Figura 46



Figura 47



Figura 48



Figura 49



Figura 50



Figura 51



Figura 52

